



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género  
Presidência do Conselho de Ministros



**PORTUGAL  
MAIS IGUAL**

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA  
A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO  
**2018 - 2030**

**Relatório Intercalar de Monitorização**

**2018**

## **Introdução**

A Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação - Portugal + Igual (ENIND) assenta numa visão estratégica para o futuro sustentável de Portugal, enquanto país que realiza efetivamente os direitos humanos, baseada no compromisso coletivo de todos os setores na definição das medidas a adotar e das ações a implementar. Esta abordagem integrada potencia a colaboração e coordenação de esforços, valorizando uma visão comum que simultaneamente tenha um efeito mais estruturante e sustentável no futuro que se pretende construir.

A ENIND marca um novo ciclo programático que se iniciou em 2018, alinhado temporal e substantivamente com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Apoiase em três Planos de Ação em matéria de não discriminação em razão do sexo e de igualdade entre mulheres e homens (IMH), de prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres, violência de género e violência doméstica (VMVD), e de combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais (OIEC).

A eliminação dos estereótipos é assumida como preocupação central da ENIND, orientando as medidas inscritas nos três Planos de Ação que dela decorrem. Os estereótipos de género estão na origem das discriminações em razão do sexo diretas e indiretas que impedem a igualdade substantiva entre mulheres e homens, reforçando e perpetuando modelos de discriminação históricos e estruturais. Reflexo da natureza multidimensional da desvantagem, os estereótipos na base da discriminação em razão do sexo cruzam com estereótipos na base de outros fatores de discriminação, como a origem racial e étnica, a nacionalidade, a idade, a deficiência e a religião. Também assim, o cruzamento verifica-se com a discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais, assente em estereótipos e práticas homofóbicas, bifóbicas, transfóbicas e interfóbicas, e que se manifesta em formas de violência, exclusão social e marginalização, tais como o discurso de ódio, a privação da liberdade de associação e de expressão, o desrespeito pela vida privada e familiar, a discriminação no mercado de trabalho, acesso a bens e serviços, saúde, educação e desporto.

A ENIND integra três Planos de Ação que definem os Objetivos Estratégicos e Específicos até 2030 bem como as Medidas concretas a prosseguir no âmbito desses objetivos, durante o

primeiro período de implementação de quatro anos (2018-2021). Estes objetivos e medidas são concretizados em indicadores, metas e entidades responsáveis e envolvidas.

Dando cumprimento ao previsto na alínea f) do n.º 7 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) elaborou o presente relatório que resulta da monitorização da execução das medidas dos referidos Planos de Ação em 2018.

## **Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens 2018-2021 (PAIMH)**

### **1. Garantir uma governança que integre o combate à discriminação em razão do sexo e a promoção da IMH nas políticas e nas ações, a todos os níveis da AP**

**ODS - 3, 5, 9, 10, 11, 16 e 17**

**E&O - E1 01.1, 01.2, 01.3, E2 02.1, 02.2, 02.3 e 02.4**

Para dar cumprimento ao objetivo de garantir informação, incluindo dados estatísticos, de qualidade, desagregada por sexo, o Governo (área da cidadania e da igualdade) assegurou uma linha de financiamento, no âmbito do programa Conciliação e Igualdade de Género do novo Mecanismo Financeiro EEAGrants 2014-2021, para a implementação de um projeto, promovido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), que visa desenvolver três ações fundamentais para a melhoria dos dados estatísticos em matéria de igualdade entre mulheres e homens:

- Atualização, revisão e melhoria do Dossiê de Género do INE.
- Construção e aplicação de novo Inquérito Nacional à Fecundidade.
- Construção de novo Inquérito Nacional aos Usos do Tempo.

No âmbito do mesmo programa Conciliação e Igualdade de Género foram asseguradas linhas de financiamento para a produção de conhecimento sobre o impacto económico das desigualdades entre mulheres e homens, em matéria de segregação sexual das profissões, desigualdades salariais, valor do trabalho não pago (doméstico e de cuidado) e impacto da partilha desigual do trabalho não pago (doméstico e de cuidado).

Promovido pelo Governo (área governativa do mar), foi realizado um estudo sobre IMH nos setores de economia do mar pelo Observatório Nacional da Violência e Género, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O estudo já está disponível para consulta e será impresso e publicado em 2019 pelo Ministério do Mar.

Relativamente à atribuição de financiamentos via PT 2020 a políticas públicas em matéria de igualdade entre mulheres e homens, a CIG, enquanto organismo intermédio, em articulação com o POISE, preparou durante 2018, os concursos a abrir em 2019 para o apoio técnico à elaboração e monitorização da execução de planos para a igualdade, para o apoio à capacitação e constituição de empresas por mulheres, para o apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e para a formação de públicos estratégicos. Durante este processo, em 2018, estiveram em execução os projetos financiados nas tipologias de apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e de formação de públicos estratégicos no âmbito dos avisos anteriores (Aviso POISE-36-2015-21 e Aviso POISE-36-2015-20 respetivamente). Nesta base, foram lançados, em março de 2019, as seguintes linhas:

- Tipologias de Operação 3.15 do POISE (Programa Operacional de Inclusão e Emprego) – Formação de Públicos Estratégicos que intervêm que atuam no âmbito da promoção da IMH, da prevenção e combate à VMVD, e combate à discriminação em razão da OIEC, bem como da prevenção e combate ao TSH, com uma dotação financeira de 3.500.000€ (três milhões e quinhentos mil euros).
- Tipologias de Operação 3.16 do POISE (Programa Operacional de Inclusão e Emprego) – Apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que atuam no âmbito da promoção da IMH, da prevenção e combate à VMVD, e combate à discriminação em razão da OIEC, bem como da prevenção e combate ao TSH, com uma dotação financeira de 6.000.000€ (seis milhões de euros).

Durante 2018, estiveram também em preparação as linhas de financiamento do mecanismo financeiro EEAGrants 2014-2021 (Programa Conciliação e Igualdade de Género, operado pela CIG), no âmbito do qual abriram em fevereiro/março de 2019:

- Concurso para projetos que combatam as desigualdades nas organizações de trabalho, através da implementação de sistemas de avaliação das componentes das funções para combater a discriminação salarial e do desenvolvimento de instrumentos de análise das desigualdades entre mulheres e homens, com uma dotação financeira de 900.000€.

- Concurso para projetos que promovam a igualdade entre mulheres e homens ao nível local, através da implementação de ferramentas de igualdade em políticas locais setoriais e projetos para promover a participação política e cívica de mulheres e raparigas, com uma dotação financeira de 1.200.000€.
- Concurso para a elaboração de estudos sobre o impacto económico das desigualdades entre mulheres e homens, em matéria de segregação sexual das profissões, desigualdades salariais, valor do trabalho não pago (doméstico e de cuidado) e impacto da partilha desigual do trabalho não pago (doméstico e de cuidado), com uma dotação financeira de 200.000€.

Em abril de 2018, a CIG lançou novo aviso de concurso para o apoio técnico e financeiro a ONGM, tendo sido aprovadas 17 candidaturas, num montante de 119.797,06€ (jogos sociais), registando-se um aumento do financiamento em 31.878,73€ relativamente a 2017. Também durante 2018 estiverem em curso os projetos financiados ao abrigo do concurso equivalente do ano de 2017, num montante total de 87.918,33€ (financiamento via jogos sociais).

Com o objetivo de integrar a perspetiva da IMH na formação dirigida aos recursos humanos da AP, a CIG e o INA prepararam, durante 2018 um protocolo de cooperação e um programa que de formação nas matérias da ENIND. Foi assinado um protocolo de cooperação entre a CIG e o INA no dia 13 de fevereiro de 2019, no âmbito do qual o INA lançou o primeiro programa de formação em Igualdade e Não Discriminação integrado na respetiva oferta formativa regular, que inclui os seguintes cursos: Igualdade e Não Discriminação; Políticas na Ótica do Género; Orçamentos Sensíveis ao Género; e Planos de Igualdade.

A CIG, em colaboração com o JurisApp, realizou um curso de formação sobre “Orientação Sexual, Identidade de Género e Características Sexuais”, no qual participaram 35 pessoas (26 mulheres e 9 homens). Os protocolos entre a CIG e o JurisApp e entre a CIG e a FEFAL serão assinados em 2019.

O Orçamento de Estado 2018, aprovado nos termos da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, determinou a obrigatoriedade de os departamentos governamentais apresentarem um relatório estratégico referente à análise de género nas respetivas políticas públicas setoriais e a sua tradução na construção de Orçamentos com Impacto de Género. Por ser a primeira vez que o Orçamento de Estado incluía uma medida desta natureza, foi criado pela Secretária de Estado

para a Cidadania e Igualdade um projeto piloto, financiado através dos jogos sociais, em parceria com a PpDM, que incluía os Ministérios da Presidência e Modernização Administrativa; Finanças; Administração Interna; Justiça; Educação; Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Saúde. Este projeto foi coordenado pela CIG.

Neste âmbito, foram realizadas 3 ações de formação: uma inicial; um seminário internacional sobre orçamentos sensíveis ao género a 14 de junho de 2018, em Lisboa, onde foram apresentados casos do Reino Unido, Áustria, Suécia e de Espanha; e uma formação de 3 dias ministrada pela equipa da PpDM, com 25 participantes (7 homens e 18 mulheres). Foram elaborados relatórios referentes a 7 medidas orçamentais específicas no âmbito dos departamentos governamentais envolvidos. No final foi produzido o Relatório Geral: Análise de Género nas Políticas Públicas Setoriais, onde se incluem recomendações sobre o futuro desta medida e o seu alargamento a todas as áreas governativas. Esta medida foi replicada no Orçamento de Estado 2019, aprovado nos termos da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.

Tendo em vista promover a territorialização das políticas públicas de igualdade e não discriminação bem como o trabalho estreito com as autarquias locais, foi lançado um novo modelo de protocolo de cooperação entre a CIG e os municípios, alinhado com e concorrendo para a concretização da ENIND. Este novo modelo foi apresentado publicamente a 24 de outubro de 2018. Desde dezembro de 2018, tem sido apresentado aos autarcas o novo modelo de protocolo no âmbito das reuniões das Comunidades Intermunicipais. Desde então, foram celebrados 10 protocolos com base neste novo modelo com os municípios de Alfandega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vimioso e Vinhais

Na mesma data de 24 de outubro (dia municipal para a igualdade) realizou-se um Encontro Nacional do Dia Municipal para a Igualdade. Este encontro teve, pela primeira vez, uma dimensão internacional, com a participação da convidada catalã Mónica Gelambí Torrel, perita em IMH que fez uma apresentação sobre igualdade e conciliação nas políticas locais.

No âmbito do programa Conciliação e Igualdade de Género (EEAGrants), foi assegurada uma linha de financiamento para apoiar projetos que promovam a igualdade entre mulheres e homens ao nível local, através da implementação de ferramentas de igualdade em políticas

locais setoriais e projetos para promover a participação política e cívica de mulheres e raparigas ao nível local.

O Governo aprovou o Programa de Valorização do Interior (Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2018, de 6 de setembro) que inclui a medida 5.14 “Territorializar a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 (Portugal + Igual)” que visa desenvolver iniciativas que promovam a integração e concretização dos objetivos da estratégia nacional a nível local e regional, com um enfoque no interior, designadamente:

- Novos protocolos a celebrar entre as autarquias locais e a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.
- Abertura de concurso para projetos que aplicam instrumentos de integração da perspectiva da igualdade entre mulheres e homens e da não discriminação nas políticas locais e regionais, designadamente ao nível da conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.
- Abertura de concurso para projetos a nível local e regional que visam aumentar a liderança e a participação cívica e política de mulheres e raparigas.
- Aumento dos protocolos/fluxogramas de atuação de base territorial concluídos entre a Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD) e outras entidades que concorrem para a prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica.

Em 2018 a CIG atribuiu os seguintes Prémios:

- Prémio ViDArte – “A arte contra a violência doméstica” (3ª edição)

O Gabinete de Estratégia Planeamento e Avaliação Culturais e a CIG organizaram em 10 de abril a cerimónia de entrega do Prémio ViDArte – “A arte contra a violência doméstica” 2018 que decorreu no Palácio Nacional da Ajuda com a presença da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade e do Secretário de Estado da Cultura.

O prémio foi atribuído à obra “Retrato de um Agressor” de Cristina Maria Paulino Vaz, que integrou a categoria de Artes Plásticas.



Face à qualidade das obras apresentas, o júri decidiu, ainda, atribuir três menções honrosas: ao documentário “A Tua Voz” de Alexandra Alves Luís e Margarida Cardoso; à peça de teatro “Ruínas” de Ar de filmes, Lda.; e à obra plástica “A revolta dos panos” de Arturo Cancio Ferruz, em colaboração com a Coolabora, CRL.

- Prémio Igualdade é Qualidade

O PIQ é promovido pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego e pela CIG, e distingue entidades empregadoras que se destacam pela implementação de políticas exemplares nas áreas da igualdade entre mulheres e homens.

A cerimónia da 12ª edição decorreu, no dia 29 de junho, no auditório da Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro, em Lisboa. Estiveram presentes a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, o Secretário de Estado do Emprego, a Presidente da CIG, e a Presidente da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Em 2018 receberam Menção Honrosa as seguintes organizações: Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E., SIMAS Oeiras e Amadora, REN – Redes Energéticas Nacionais SGPS S.A., RENAULT Cacia S.A. e Associação DIANOVA Portugal.

- Prémio “Viver em Igualdade”

Uma iniciativa bienal da CIG, destinada a distinguir boas práticas autárquicas na área da Igualdade e Não Discriminação, que já vai na 4ª edição. A cerimónia de entrega do Prémio foi no dia 24 de outubro, dia municipal para a igualdade.

Foram distinguidos os municípios de: Cascais, Guimarães, Lagoa (Algarve), Oliveira de Azeméis e Seixal. Foram distinguidos com menção honrosa os municípios de: Abrantes, Alfandega da Fé, Amarante, Figueira da Foz, Funchal, Matosinhos, Póvoa de Lanhoso, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Gaia e Vila Verde.

- Prémio Jovens pela Igualdade

É uma iniciativa bienal promovida pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., em articulação com a CIG. O concurso destina-se a Associações Juvenis inscritas no Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ), com boas práticas na integração da dimensão da Igualdade de

Género, Cidadania e Não – Discriminação, quer na sua organização ou funcionamento, quer nas atividades por si desenvolvidas.

Em 2018 foi atribuído o Prémio Jovens pela Igualdade 2018 à Associação Tin.Bra – Academia de Teatro, do concelho de Braga.

No sentido de reforçar e capacitar os mecanismos nacionais para a igualdade foi criado mais um lugar no quadro da CIG e foram realizadas ações de capacitação sobre novas dimensões da igualdade e não discriminação, que envolveram a CIG e a CITE: 14 pessoas da CIG (12 mulheres e 2 homens) e 10 pessoas da CITE (9 mulheres e 1 homem).

A CIG e o Instituto Camões procederam à revisão da atual Estratégia de Cooperação Portuguesa para a Igualdade de Género (cuja avaliação foi concluída em 2018) tendo em vista a aprovação de uma nova Estratégia de Cooperação Portuguesa para a Igualdade entre Mulheres e Homens.

No sentido de reforçar a posição portuguesa nas relações externas e nos fora internacionais no contexto multilateral e nas relações bilaterais em matéria de IMH, foram negociados dois memorandos de entendimento, entre Portugal e a Tunísia e entre Portugal e a República Dominicana.

Na esfera de ação da CPLP e por iniciativa de Portugal, 2018 foi considerado o ano da CPLP para uma vida livre de violência contra as mulheres e meninas. O Logotipo e o spot foram igualmente propostas nacionais. Igualmente o programa de trabalho foi uma iniciativa nacional e aceite por unanimidade.

Por via da Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2018, de 30 de abril, o Governo criou o Grupo de Trabalho Interministerial, presidido pelo Comissário Vital Moreira, para as Comemorações dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 40 anos da Adesão de Portugal à Convenção Europeia dos Direitos Humanos. Durante 2018, o grupo preparou e desenvolveu um conjunto de ações<sup>1</sup> com vista a:

- Assinalar e comemorar os 70 anos da DUDH e os 40 anos da sua publicação oficial em Portugal.

---

<sup>1</sup> <https://www.comemoracoesdireitoshumanos.gov.pt/>

- Assinalar e comemorar os 40 anos da adesão de Portugal à CEDH.
- Divulgar e estimular o debate público sobre a temática dos direitos humanos e sobre os seus desafios na atualidade.
- Promover iniciativas de carácter educativo, em contexto escolar, que visem a aprendizagem sobre os direitos humanos.

## **2. Garantir as condições para uma participação plena e igualitária de mulheres e homens no mercado de trabalho e na atividade profissional**

**ODS - 1, 3, 5, 8, 10, 16, 17**

**E2 02.1, 02.2, 02.3, 02.4 e 02.5**

A CITE, em articulação com a ACT, ministrou 8 ações formativas (Porto, Coimbra, Lisboa e Faro) dirigida a inspetores/as, técnicos/as e dirigentes da ACT. Estas ações visaram assegurar o respeito pelos princípios da transparência, igualdade e não discriminação no acesso ao emprego, recrutamento, salários, promoção e políticas de retenção de recursos humanos.

No âmbito do diálogo social e da negociação coletiva, a CITE recebeu 3 entidades: a União de Sindicatos Alemã Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft - United Services Trade Union; a Associação Federal Alemã Unternehmerwomen im Handwerk e a Delegação da OIT da Turquia, um representante da OIT-Lisboa; 5 participantes do Ministério da Família, Trabalho e Serviços Sociais da Turquia e representantes de trabalhadores/as e de confederações patronais da Administração Pública Turca.

Em abril de 2018, através da Circular Normativa n.º 1/2018, foi divulgada a Metodologia de Atuação dos Serviços de Emprego que veio configurar novas exigências e expectativas por parte das cidadãs e dos cidadãos que procuram emprego e das entidades empregadoras, exigindo igualmente do IEFP, IP, e dos serviços de emprego em particular, respostas mais céleres, eficazes, ajustadas e personalizadas, contribuindo para a afirmação do Serviço Público de Emprego como um parceiro capaz de encontrar soluções integradas e de maior proatividade junto do tecido empresarial, de outros parceiros e de quem procura emprego.

No âmbito do desenvolvimento de ações inspetivas sobre IMH – controlo das garantias mínimas, promovendo a dignidade das condições de trabalho e a igualdade de direitos – foram comunicadas 69 irregularidades à ACT, num total de 94 entidades fiscalizadas.

A CITE através da iniciativa Laboratórios de Igualdade realizou 11 ações formativas com o objetivo de sensibilizar e informar e divulgar instrumentos e metodologias para combater e prevenir o assédio sexual e moral no local de trabalho à luz da nova legislação nesta área.

Foi lançada e está disponível no eportugal, Mapa do Cidadão, a medida Simplex Portugal concilia, que visa disponibilizar informação sobre equipamentos facilitadores da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional ao público interessado. A medida arrancou com 49 municípios aderentes.

A CITE realizou 4 sessões com o grupo de trabalho de Igualdade de Género da REDE RSO PT, sobre a Norma Portuguesa 4552:2016 – Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal.

A campanha “Minuto de Igualdade”, lançada no Dia Internacional das Mulheres, resulta de uma parceria estabelecida entre a CIG e o Ponto Focal Nacional do EEAGrants Portugal e visa sensibilizar o público em geral para as desigualdades que persistem entre mulheres e homens em vários setores da sociedade. Os vídeos abordam os seguintes temas: assédio sexual, tarefas domésticas, parentalidade partilhada e desigualdade salarial.

Foi no início de 2018 que passaram a ser aplicáveis os limiares de representação equilibrada definidos na Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto (que teve origem numa proposta de lei do Governo) que define o regime da representação equilibrada nos órgãos de administração e fiscalização nas entidades do setor público empresarial e empresas cotadas em bolsa.

Entre agosto de 2017 e o final de 2018, subiu de 20% para 35% a proporção de mulheres na administração das entidades do setor empresarial local, de 28% para 32% nas entidades do setor empresarial do Estado, e de 12% para 17% nas empresas cotadas em bolsa.

O Governo aprovou a proposta de lei que altera a designada “Lei da Paridade”, subindo o limiar de 33% para 40% nas listas à Assembleia da República, Parlamento Europeu, órgãos eletivos das

autarquias locais, vogal das juntas de freguesia e mesas dos órgãos deliberativas das autarquias locais. Este regime determinou ainda que as listas incumpridoras sejam rejeitadas.

O Governo aprovou a proposta de lei que define o regime da representação equilibrada (estabelecendo um limiar de 40%) nos/as dirigentes superiores da administração direta e indireta do Estado, incluindo institutos e fundações públicas, e administração local, nos órgãos de governo e gestão das instituições do ensino superior públicas, e nos órgãos deliberativos, executivos, de supervisão e de fiscalização das associações públicas profissionais e de outras entidades públicas de base associativa.

O Governo aprovou a proposta de lei que aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens por trabalho igual ou de igual valor, criando, pela primeira vez, mecanismos de efetivação do princípio do salário igual para trabalho igual ou de igual valor, e da proibição da discriminação salarial em razão do sexo. Entre outros, as entidades empregadoras passam a ser obrigadas a adotar políticas remuneratórias transparentes, assente na avaliação das componentes das funções, com base em critérios objetivos, comuns a homens e mulheres,

No âmbito do programa Conciliação e Igualdade de Género do EEAGrants foi assegurada uma linha de financiamento para apoiar as entidades empregadoras na implementação destes sistemas de avaliação. Também neste programa foi assegurada uma linha de financiamento para um projeto promovido pela CITE que visa:

- Em parceria com o Centre for Gender Equality da Islândia, estudar e avaliar a adaptabilidade para Portugal da norma certificadora islandesa para a igualdade salarial (Equal Pay Standard).
- Criar uma plataforma online para monitorizar a implementação das políticas públicas desenvolvidas no âmbito da Agenda para a Igualdade no Mercado de Trabalho e nas Empresas, agora integrada na ENIND.

Foi apresentado publicamente, a 5 de dezembro, o Programa do Governo “3 em Linha – para a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar”. Este programa convoca a sociedade a assumir um compromisso coletivo com medidas de impacto a curto, médio e longo prazo,

representando um esforço conjunto do Governo, de empresas públicas e privadas, e de entidades da Administração Pública central e local.

O Governo apresentou este programa aos parceiros sociais, em sede de concertação social, a 30 de novembro de 2018.

O programa 3 em Linha contém 33 medidas para serem implementadas entre o final de 2018 e ao longo de 2019, em quatro áreas prioritárias: na promoção de práticas de conciliação nas organizações de trabalho, públicas e privadas; na Administração Pública; no reforço de equipamentos, serviços e incentivos; e na produção de conhecimento.

Neste contexto, é de destacar o lançamento do projeto designado Pacto para a Conciliação (medida 1 do 3 em Linha), desenvolvido em parceria com a Associação Portuguesa de Ética Empresarial. Assenta no compromisso voluntário de organizações públicas e privadas em implementarem e certificarem sistemas de gestão da conciliação com base na norma portuguesa NP4552:2016.

O projeto conta com 51 organizações, entre as quais 22 serviços/organismos da Administração Pública e empresas públicas, 13 câmaras municipais, e 16 empresas privadas.

De destacar também a integração de objetivos de conciliação nos QUAR 2019 que foram até 15 de dezembro de 2018.

O Orçamento do Estado para 2019, aprovado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, define uma série de medidas em matéria de proteção de cuidadores informais. Entre outros, determina, no seu artigo 117.º, n.º 1, que “o Governo diligencia, em 2019, o desenvolvimento de medidas de apoio dirigidas aos cuidadores informais principais e às pessoas cuidadas, de forma a reforçar a sua proteção social, a criar as condições para acompanhar, capacitar e formar o cuidador informal principal e a prevenir situações de risco de pobreza e de exclusão social.”

Determina ainda o n.º 2 do mesmo artigo que “os serviços competentes dos Ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde desenvolvem um projeto-piloto com o objetivo de estudar e implementar uma rede pública de apoio dirigida aos cuidadores informais principais e às pessoas cuidadas.”

No âmbito da manutenção das condições especiais de acesso e majoração nos apoios a entidades que integrem pessoas de famílias monoparentais (Medida Contrato Emprego, Estágios Profissionais, Contrato-Emprego Inserção+), foram beneficiários/as diretos/as 4404 pessoas.

Tendo em vista promover o empreendedorismo das mulheres, o IAPMEI lançou o aviso 2018-01 – StartUP Voucher – Projetos Empreendedores, integrado na Estratégia Nacional para o Empreendedorismo, designada por Programa Startup Portugal, lançada pelo XXI Governo Constitucional e que visa a dinamização de um ecossistema coerente que incentive as startup e a aceleração do seu crescimento. Nos termos do aviso, as candidaturas/projetos devem ser, sempre que possível, apresentadas por equipas em que ambos os sexos estejam representados e as equipas de promotores/as beneficiários/as, constituídas em igualdade entre mulheres e homens ou exclusivamente por elementos do sexo feminino são valorizadas na avaliação.

### **3. Garantir as condições para uma educação e uma formação livres de estereótipos de género**

**ODS - 4, 5, 8, 10 e 17**

**E&O - E2 02.1, 02.2 e 02.4 E3 03.1, 03.2 e 03.3**

A prossecução deste objetivo estratégico privilegiou dois tipos de ação: a formação contínua, acreditada, de docentes dos ensinos básico e secundário e de profissionais de educação de infância; o desenvolvimento e acompanhamento de Projetos-piloto de intervenção com e em escolas. Estes dois tipos de ação permitiram a execução direta de 50% das medidas deste objetivo.

Em 2018, a formação de docentes sobre problemáticas da Igualdade de Género traduziu-se na realização de 40 ações de formação, acreditadas pelo CCPF (ações longa duração) ou pelos CFAE (ações de curta duração), que abrangeram um total de 1653 docentes.

As ações promovidas pelos Centros de Formação de Associações de Escolas (CFAE) e pela Direção Geral de Educação abrangeram 931 docentes (56%). As ações de formação promovidas

por entidades financiadas através da CIG e pela Região Autónoma da Madeira foram frequentadas por 722 docentes (44%) das/os quais 86% do sexo feminino e 14% do sexo masculino.

A formação sobre VMVD (8 turmas – 194 docentes) foi de curta duração (3h a 6h), sobre OIEC foi de curta duração (6 turmas – 412 docentes) e de longa duração (8 turmas – 101 docentes: 23% homens e 77% mulheres) e a formação sobre IMH (42 turmas – 946 docentes), com exceção de duas ações, foi de longa duração (12h a 50h).

11 ações de formação sobre IMH privilegiaram a divulgação e aplicação dos Guiões de Educação Género e Cidadania: 7 foram acreditadas e promovidas por 5 entidades financiadas através da CIG e 4 ações foram acreditadas e promovidas pela Direção Regional de Educação da Madeira. As 11 ações (23 turmas) sobre os Guiões de Educação Género e Cidadania foram frequentadas por 515 docentes (86% mulheres e 14% homens) pertencentes a 96 estabelecimentos de ensino, 86 dos quais Agrupamentos Escolares. Em 2018 o Projeto dos Guiões de Educação Género e Cidadania foi, de novo, considerado uma boa prática pelo Conselho da Europa.

Tendo em conta a generalização da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) no ano letivo de 2018-2019, foram igualmente organizadas ações a nível nacional sobre a implementação da ENEC. No início do ano letivo 2018/2019, foi desenvolvida uma oficina de formação pelos CFAE e organizada pelas áreas governativas da cidadania e igualdade (que financiou) e educação, conjuntamente com a Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local. Esta ação teve 936 docentes participantes, em particular docentes Coordenadores/as da Estratégia de Educação para a Cidadania da Escola.

Para apoiar as escolas na apropriação e implementação da ENEC, ainda em abril-maio 2018, a DGE promoveu um MOOC (massive open online course) dirigido a pessoal docente e não docente das 235 escolas piloto do projeto de autonomia e flexibilidade curricular (Módulo 6: Cidadania e Desenvolvimento – 845 participantes formados/as). Em fevereiro de 2019 abriram as inscrições para uma segunda edição de um MOOC sobre autonomia e flexibilidade curricular, de inscrição livre e dirigido a docentes dos ensinos básico e secundário e a dirigentes escolares, igualmente com um módulo de Cidadania e Desenvolvimento (1136 participantes inscritos/as). O acompanhamento da implementação da ENEC pela DGE fez-se através de 14 sessões, com 40



docentes cada, perfazendo um total de 560 docentes, e que tiveram lugar em 8 concelhos (Beja, Bombarral, Setúbal, Águeda, Braga, Vila Real, Felgueiras e Pombal).

Os dois projetos acompanhados pela CIG consistiram: no projeto “Engenheiras por um dia”, desenvolvido a nível nacional, até agosto (1ª edição), por 10 Agrupamentos de Escolas, localizadas nos concelhos de: Porto, Matosinhos, Fundão, Miranda do Corvo, Pombal, Figueira da Foz, Vila Franca de Xira, Seixal e Évora; no Projeto-piloto “A Escolinha em viagem para a Igualdade”, desenvolvido pelo colégio “Escolinha”, em Lisboa.

O projeto “Engenheiras por um dia” é coordenado pelo Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, e implementado por uma parceria entre o Instituto Superior Técnico, a CIG, a Carta da Diversidade e a Ordem dos Engenheiros.

Tem como objetivo central promover as áreas da engenharia e tecnologia junto das jovens que frequentam o 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário, mobilizando universidades e engenheiras como role models, levando às escolas e alunas desafios práticos das engenharias e das tecnologias. O projeto pretende prevenir e combater a intensificação da segregação das profissões em razão do sexo e, em especial, a ausência das mulheres das áreas de engenharia e tecnologias.

Na 1.ª edição, enquanto piloto, o projeto envolveu 10 agrupamentos de escolas (ver supra), o Instituto Superior Técnico, as empresas Microsoft, IBM, Siemens, e outras entidades como Fundação Portuguesa de Comunicações; Geek Girls; APEM; Associação Nacional de Professores de Informática; Sociedade Portuguesa de Robótica; Autarquias, Academia do Código.

Participaram no Projeto 742 discentes: 478 alunas (64%) e 264 alunos (36%), maioritariamente dos 10º e 11º anos dos cursos de Ciências e Tecnologias (CT) do ensino secundária. Das 478 alunas abrangidas, 18% eram do 9º ano e 82% do ensino secundário. O projeto envolveu 47 profissionais de educação (42 docentes e 5 profissionais de psicologia) e levou à realização de 49 atividades (39 com a comunidade) que foram integradas, no seu conjunto, em 5 das 7 disciplinas obrigatórias do currículo dos 10º e 11º anos dos cursos de CT (Português, Inglês, Filosofia, Biologia, Físico-química).

No último quadrimestre de 2018, iniciou-se o 2º ano letivo do Projeto, coordenado pela Carta Portuguesa da Diversidade, CIG, IST e Ordem dos Engenheiros. Alargado a 27 escolas/agrupamentos de escolas e a 37 entidades parceiras (empresas, instituições de ensino superior e ONG), foi realizada uma atividade (a 1ª) do Projeto que envolveu 992 alunas e 5 instituições de ensino superior. Na primeira atividade da 2.ª edição - os desafios de engenharia (sessões das universidades nas escolas) - foram envolvidas 992 alunas do 3.º ciclo e ensino secundário. No final de 2018, a ANESPO aderiu ao projeto para participar nas atividades a desenvolver a partir de 2019.

O Projeto-piloto “A Escolinha em viagem para a Igualdade” desenvolve-se desde 2017-2018 e tem a duração de 3 anos. Visa a implementação da ENEC através da Igualdade de Género, numa escola privada, de pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, seguindo a metodologia *whole school approach* prevista na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania. O projeto alicerça-se numa parceria entre a Escolinha, a CIG, a Escola Superior de Educação de Setúbal e a Fundação Museu Berardo. Destina-se a todas as profissionais da escola e à sua direção, às e aos docentes das AEC, a mães e a pais das crianças e às entidades parceiras da escola. Neste sentido foi firmado um novo protocolo de colaboração entre a CIG e a Escola Superior de Educação de Setúbal.

Sobre a avaliação e certificação de manuais escolares, de referir que, até ao momento, as entidades avaliadoras têm considerado o disposto na Lei. Para a apreciação, seleção e adoção de manuais escolares, a DGE disponibilizou às escolas um documento de trabalho que contempla os critérios definidos em Lei.

Com o objetivo de integrar a perspetiva da IMH em programas setoriais no âmbito da educação, o Instituto Camões desenvolveu 2 projetos de Educação para o Desenvolvimento que integram a perspetiva da IMH, no âmbito dos quais foram envolvidas 300 pessoas:

- Elaboração de uma “Unidade de formação sobre a temática Igualdade de Género num curso inicial de formação de professores/as (incluindo a elaboração de um recurso pedagógico para o 1ºCEB)” na Escola Superior de Educação de Viana do Castelo: abrange não só alunos/as do curso de licenciatura em Ensino Básico (cerca de 50 novos/as alunos/as por ano), como mais de 150 docentes dos agrupamentos de escola de Viana do Castelo que

trabalham com a E.S.E. de Viana. A ação desta E.S.E. é apoiada pelo Camões, I.P., e é reconhecida nacional e internacionalmente em matéria de ED.

- Em março de 2018, realizou-se a segunda edição das Jornadas Transfronteiriças de Educação para o Desenvolvimento em Lisboa, envolvendo organizações portuguesas e espanholas. Esta edição foi centrada na temática da “transformação social”, abrangeu uma intervenção da Plataforma dos Direitos das Mulheres e uma oficina/workshop sobre eco-feminismo.

Por via da Resolução do Conselho de Ministros n.º 114-A/2018, de 4 de abril, o Governo aprovou o Plano Nacional para a Juventude (PNJ). Este instrumento, que vigorará até ao final de 2021, tem como missão concretizar as políticas de juventude com vista ao reforço da proteção especial das pessoas jovens. O PNJ transversaliza os objetivos da ENIND, designadamente através da inclusão do tema-chave “Igualdade e inclusão social.”

Por via da Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2018, de 16 de julho, o Governo aprovou o documento de orientação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2018-2022, que transversaliza os objetivos da ENIND.

#### **4. Promover a IMH no ensino superior e no desenvolvimento científico e tecnológico**

**ODS - 4, 5, 8, 9, 10 e 17**

**E&O - E2 02.1 E3 03.1, 03.2, 03.3 e 03.4**

Tendo em vista o desenvolvimento de ações de promoção de competências digitais para mulheres e raparigas no âmbito do Portugal INCoDe.2030, foi criado o Fórum Permanente para as Competências Digitais cujo objetivo é dinamizar e articular um leque alargado de atores sociais e garantir uma ampla mobilização para a Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 | Portugal INCoDe.2030 – incluindo a conferência anual pública na qual foram apresentados e comentados os resultados da evolução por Eixo, bem como apresentados casos nacionais e internacionais de boas práticas. A apresentação pública decorreu no Centro de Congressos de Lisboa, em 12 de dezembro. A CIG teve um pavilhão com materiais e informação sobre Igualdade e Não Discriminação durante o evento, em que apresentou o projeto Engenheiras por 1 Dia.

Um dos temas que foi abordado no Fórum foi a transversalização da perspetiva da IMH na Iniciativa Indústria 4.0, integrada na Estratégia Nacional para a Digitalização da Economia.

No âmbito do INCoDe.2030 foram desenvolvidas as seguintes ações: a) articulação entre o INCoDe e a Ordem dos Psicólogos para sensibilizar psicólogos/as de orientação vocacional no ensino não superior para a temática da dessegregação das escolhas profissionais; b) Game Jam - atividades em que rapazes e raparigas desenvolvem jogos sobre a temática da igualdade entre mulheres e homens

O Governo assegurou uma linha de financiamento, no âmbito do programa Conciliação e Igualdade de Género do EEAGrants 2014-2021, para a implementação de um projeto, promovido pela Direção Geral do Ensino Superior, que, entre outros, inova na formulação de critérios de IMH para a avaliação e acreditação das instituições de ensino superior e respetivos ciclos de estudos, desenvolvidos em parceria com a A3ES e o CIEG (ISCSP).

## **5. Promover a IMH na área da saúde ao longo dos ciclos de vida de mulheres e de homens**

**ODS - 3, 5, 10, 12 e 17**

**E&O - E1 01.2, 01.1 E2 02.3**

A CIG e o Conselheiro para a Igualdade do departamento governamental da área da saúde e respetiva equipa interdepartamental realizaram várias reuniões bilaterais com vista a planificar as medidas na área da Saúde para o ano de 2019, dado que a quase totalidade das metas previstas, só têm indicadores de execução para o ano de 2019 e seguintes.

Foi desenvolvido durante 2018 e está em fase de conclusão a elaboração do referencial técnico para os serviços de saúde sobre a promoção da paternidade cuidadora, para ser distribuído pelos vários serviços de atendimento ao público. Este contexto insere-se na preparação do IMPEC - Iniciativa Mobilizadora da Paternidade Envolvida e Cuidadora, projeto piloto a ser desenvolvido em estabelecimento/departamento/serviço/unidade do SNS para fomentar paternidade envolvida e cuidadora, e que corresponde a uma medida do programa 3 em Linha.

O Orçamento do Estado para 2019, aprovado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, estabelece no artigo 120.º (Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável) que “o Governo deve tomar as iniciativas necessárias à implementação e execução da Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável.” Este Estratégia esteve em preparação durante 2018 incluindo medidas que transversalizam a IMH.

## **6. Promover uma cultura e comunicação social livres de estereótipos sexistas e promotoras da IMH**

**ODS - 5, 10 e 17**

**E&O - E1 01.2 E2 02.4**

Não estando prevista a sua realização, a ERC produziu um relatório intitulado «Género nos blocos informativos de horário nobre nos canais de sinal aberto RTP1, RTP2, SIC e TVI», com dados relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Este exercício de monitorização permite identificar os tipos de conteúdos e mensagens sexistas e estereotipadas, entre outros critérios na informação diária emitida em horário nobre nos canais públicos e privados generalistas de televisão.

O departamento governamental da área da cultura iniciou um trabalho colaborativo, com apoio da CIG, para a construção de um plano setorial para a igualdade, onde inscreveu 9 iniciativas para a promoção da Igualdade e Não Discriminação no acesso e fruição dos bens e equipamentos culturais realizadas de forma individual por alguns dos serviços do setor. Algumas dessas medidas terão impactos pontuais e outros mais estruturais. A avaliação do impacto dessas medidas a realizar no início de 2019, vai ser uma peça essencial na elaboração do documento final do Plano setorial.

A Diretora Geral do Património Cultural emitiu um despacho datado de 9 de julho de 2018 em que determina que "na venda do Bilhete Família, passará a exigir-se apenas 1 adulto mais um mínimo de 2 menores de 18 anos, com dispensa de apresentação de comprovativo de paternidade/maternidade, a qual, de resto, está já consagrada desde 2015," assim garantindo o acesso das famílias monoparentais ao Bilhete Família.

Durante 2018, e repercutindo-se em 2019, a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade encetou articulações com os órgãos de comunicação social para um trabalho conjunto em matéria de promoção da igualdade entre mulheres e homens, quer para efeitos de realização de campanhas de sensibilização quer para efeitos de atuações mais sistémicas. É de destacar, já a 21 de fevereiro de 2019, a realização de uma reunião entre a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade e vários órgãos de comunicação social – Cofina, Media Capital, Impresa, RTP, Público, Grupo Renascença Multimédia, Global Media Group e LUSA – visando a definição de objetivos comuns em matéria de prevenção e combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica.

## **7. Integrar a promoção da IMH no combate à pobreza e exclusão social**

**ODS - 1, 3, 5, 8, 10 e 17**

**E&O - E1 01.1, 01.2 E2 02.1, 02.2 e 02.4 E3 03.1, 03.2 e 03.3**

A CIG integra a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo. Nesse âmbito, contribuiu para a inclusão da dimensão de género no referencial de formação para técnicos/as dos NPISA (Núcleos Locais para a Integração de Sem-Abrigo), nomeadamente por via da inclusão de dois módulos, intitulados “O Género na intervenção junto das pessoas em situação sem abrigo” e “Orientação Sexual, Identidade de Género e Características Sexuais”.

Com o intuito de realizar atividades de promoção do ensino e de combate ao abandono escolar para crianças das comunidades ciganas, particularmente raparigas, 37 agrupamentos de escolas declararam nos seus planos de ação estratégica 45 medidas também destinadas às pessoas ciganas, sendo-lhes 2 dessas medidas destinadas exclusivamente.

Por via da Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018, de 29 de novembro, o Governo aprovou a revisão da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2022 (ENICC), que passou a integrar um objetivo estratégico (4) de promoção da IMH nas medidas de integração de pessoas ciganas, que define um conjunto de medidas tendo em vista: incentivar e apoiar a participação na vida profissional, cívica e política de raparigas e mulheres ciganas,

reforçar a prevenção e o combate a todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas ciganas, e desenvolver formas de transversalização da IMH na ENICC.

Por via da Resolução do Conselho de Ministros n.º 151/2018, de 22 de novembro, o Governo procedeu à renovação do Programa Escolhas, para o período de 2019 a 2020, que compreende uma geração, integrando-o no Alto Comissariado para as Migrações, I. P. Este programa tem como missão promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos mais vulneráveis, particularmente de descendentes de migrantes e de crianças e jovens ciganos/as. Pela primeira vez, é estabelecido que os projetos a financiar devem contribuir para a promoção da igualdade entre raparigas e rapazes, para a prevenção e o combate a todas as formas de violência contra as raparigas e a violência doméstica, incluindo as práticas tradicionais nefastas, e para o combate à discriminação em razão do sexo, orientação sexual, identidade e expressão de género, características sexuais, origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem e deficiência, incluindo a discriminação interseccional que resulte da combinação de dois ou mais fatores.

Na vertente do desenvolvimento de informação, instrumentos e diagnóstico sobre a situação de mulheres e homens em situação de especial vulnerabilidade, a Segurança Social assegura a desagregação por sexo dos dados sobre as prestações sociais do subsistema da solidariedade nomeadamente: Desemprego; Familiares; Doença; Parentalidade; Rendimento Social de Inserção; Complemento Solidário para Idosos; Pensões de invalidez, velhice e sobrevivência.

## **Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica 2018-2021 (PAVMVD)**

- 1. Prevenir – Erradicar a tolerância social às várias manifestações da VMVD, conscientizar sobre os seus impactos e promover uma cultura de não violência, de direitos humanos, de igualdade e não discriminação**

**ODS - 3, 4, 5, 10, 16 e 17**

**E&O - E1, O1.2, E2, O2.4, E4 e O4.1**

Tendo em vista a transversalização do objetivo da prevenção e combate à VMVD nas políticas públicas, em 2018 foram desenvolvidas ações em várias dimensões, desde a educação, a formação, a territorialização e o financiamento.

No que concerne à ENEC, generalizada a todas as escolas e níveis de ensino, a matéria da VMVD é abordada no âmbito do domínio “Igualdade de Género”. Neste contexto, e relativamente à formação de docentes, vide relatório de monitorização do PAIMH, Objetivo Estratégico 3.

No trabalho desenvolvido junto das instituições de ensino superior, os dois planos para a IMH que a CIG acompanha na Universidade da Beira Interior e na Universidade do Minho, integram a temática da VMVD.

Promovendo a efetiva territorialização das políticas de prevenção e combate à VMVD, esta temática foi integrada de forma sistemática no novo modelo de protocolo de cooperação desenvolvido entre a CIG e os municípios. Este novo modelo foi apresentado publicamente a 24 de outubro de 2018. A CIG tem percorrido o país desde dezembro de 2018, para sessões de apresentação do novo modelo aos autarcas no âmbito das reuniões das Comunidades Intermunicipais. Desde então, foram celebrados 10 são protocolos com base neste novo modelo com os municípios de Alfandega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vimioso e Vinhais.



Por outro lado, no âmbito do processo de descentralização, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais para participarem em ações ou projetos na área da violência contra as mulheres e violência doméstica (e.g. desenvolvimento de ações e projetos de sensibilização e informação, constituição e funcionamento de estruturas de atendimento).

Relativamente à atribuição de financiamentos via PT 2020 a políticas públicas em matéria de prevenção e combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica, a CIG, enquanto organismo intermédio, em articulação com o POISE, preparou durante 2018, os concursos a abrir em 2019 para o apoio técnico à elaboração e monitorização da execução de planos para a igualdade, para o apoio à capacitação e constituição de empresas por mulheres, para o apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e para a formação de públicos estratégicos. Estiveram também em preparação durante 2018, para abrir em 2019, as linhas de financiamento do POISE (Programa Operacional de Inclusão e Emprego) 3.17.1 e 3.17.2. Durante este processo, em 2018, estiveram em execução os projetos financiados nas tipologias de apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e de formação de públicos estratégicos no âmbito dos avisos anteriores (Aviso POISE-36-2015-21 e Aviso POISE-36-2015-20 respetivamente).

Nesta base, foram lançados, em março de 2019, as seguintes linhas:

- Tipologias de Operação 3.15 do POISE (Programa Operacional de Inclusão e Emprego) – Formação de Públicos Estratégicos que intervêm que atuam no âmbito da promoção da IMH, da prevenção e combate à VMVD, e combate à discriminação em razão da OIEC, bem como da prevenção e combate ao TSH, com uma dotação financeira de 3.500.000€ (três milhões e quinhentos mil euros).
- Tipologias de Operação 3.16 do POISE (Programa Operacional de Inclusão e Emprego) – Apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que atuam no âmbito da promoção da IMH, da prevenção e combate à VMVD, e combate à discriminação em razão da OIEC, bem como da prevenção e combate ao TSH, com uma dotação financeira de 6.000.000€ (seis milhões de euros).

Durante 2018, estiveram também em preparação as linhas de financiamento do mecanismo financeiro EEAGrants 2014-2021 (Programa Conciliação e Igualdade de Género, operado pela CIG), no âmbito do qual abriram em fevereiro/março de 2019:

- Concurso para projetos que visem melhorar a proteção das vítimas de violência contra as mulheres e violência doméstica, com uma dotação financeira de 700.000€, através de: a) implementação de um sistema gestão de informação na Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica; b) projetos e instrumentos de intervenção local para prevenir e combater a violência contra as mulheres e a violência doméstica em grupos vulneráveis; projeto para avaliar o impacto das medidas aplicadas a pessoas agressoras.
- Concurso para projetos que promovam a prevenção primária e projetos que promovam a prevenção secundária em matéria de violência contra as mulheres e a violência doméstica, com uma dotação financeira de 300.000€.

Em matéria de capacitação e formação dos recursos humanos da AP nas temáticas relativas à intervenção setorial em matéria de VMVD, e tendo em conta a articulação com o PAIMH, são de destacar:

- Protocolo preparado entre a CIG e o INA, que foi assinado a 13 de fevereiro de 2019, com vista a concretizar os objetivos da ENIND. Neste âmbito, o INA lançou o primeiro programa de formação em Igualdade e Não Discriminação, integrado na respetiva oferta formativa regular (incluindo cursos em Igualdade e Não Discriminação; Políticas na Ótica do Género; Orçamentos Sensíveis ao Género; e Plano de Igualdade). Estão previstos para 2019 quatro ações de formação no âmbito deste programa.
- Em 2018, o JurisApp realizou uma ação de formação (35 formandos/as). Estão previstas para 2019 oito ações de formação, a realizar nos meses de maio, junho, setembro e outubro.
- Foi também realizada uma ação de formação que abrangeu 100 técnicos/as do ACM.

De forma estratégica, a ENIND aposta na promoção de programas e mecanismos de prevenção e estratégias de apoio a crianças e jovens, ao nível da prevenção primária e secundária. Assim, e de forma operacional, foi lançado o projeto EquiX Engaging youth in the promotion of non violent and equitable masculinities, promovido pela Promundo e pelo Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, que envolveu em 2018, 35 jovens em 2 centros educativos e 74 jovens

em workshops em escolas. Foram ainda abrangidos/as 200 jovens em ações de sensibilização. Este projeto aplica metodologias baseadas em evidências e alicerçadas em abordagens pedagógicas que questionam papéis, identidades e normas de género entre raparigas e rapazes, mulheres e homens, assim promovendo masculinidades não violentas.

Tendo em vista também potenciar a articulação e, dessa forma, a eficácia das intervenções em matéria de prevenção e combate à violência no namoro, a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade promoveu a criação de uma plataforma para a promoção de parcerias, partilha e harmonização de metodologias no âmbito de projetos nesta área. Esta plataforma iniciou trabalhos com a primeira reunião a 13 de dezembro de 2018, enquanto grupo de peritos/fórum de discussão, e durante o ano de 2019 serão levadas a cabo as seguintes fases: levantamento de materiais, projetos e programas promovidos por organizações da sociedade civil e entidades públicas que visam ou tenham visado a prevenção primária da violência no namoro; criação de um micro-site dentro do site da CIG, sob o tema "Violência no namoro / prevenção"; divulgação online dos materiais; e conceção dos requisitos mínimos para a construção de programas de prevenção primária em matéria de VMVD, conforme prevista no PAVMVD.

## **2. Apoiar e proteger – ampliar e consolidar a intervenção**

**ODS - 3, 5, 10, 11, 16 e 17**

**E&O - E1, O1.2, E2, O2.4, E4 e O4.1**

Neste objetivo estratégico, é de assinalar a evolução da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD): a 31 dezembro de 2018 existiam/foram realizados/criadas:

- 146 Estruturas de Atendimento.
- 26 Respostas de Acolhimento de Emergência, sendo que 12 respostas de emergência se encontravam inseridas em Casa de Abrigo e 14 respostas de emergência providenciavam um serviço específico. Contabilizam 176 vagas em emergência (46 em CA e 130 em resposta específica). Em 2018 ocorreram 1765 acolhimentos que correspondem a 1089 vítimas adultas e 726 crianças/jovens.

- 40 Casas de Abrigo: 30 no continente, 4 na RA Açores, 3 na RA Madeira, 2 especializadas (para vítimas mulheres com deficiência e com doença mental) - contabilizam 667 vagas em casas de abrigo, que correspondiam a 1698 vítimas (882 mulheres e 816 menores) - e 1 especializada para vítimas homens.
- 392 Atendimentos no SIVVD (Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica - 800 202 148), dos quais 322 atendimentos de violência doméstica.
- 54 Atendimentos no serviço de atendimento jurídico e psicossocial da CIG.
- 848 Transportes realizados, que correspondem a 1525 pessoas transportadas no STVVD (Serviço de transporte a vítimas de violência doméstica).
- Foram realizados 2 encontros nacionais de estruturas de atendimento.
- 2 Serviços de atendimento especializado na área da Violência Sexual para Mulheres (Lisboa e Porto).
- 1 Serviço de atendimento especializado para homens vítimas de abuso sexual (Lisboa).
- 3 respostas especializadas para vítimas LGBTI de violência doméstica (vide reporte no Objetivo Estratégico 3 do PAOIEC).

Em matéria de apoio à autonomização das vítimas de VMVD, é de destacar que, durante 2018:

- Foi desenvolvido o trabalho de revisão do protocolo entre a CIG e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, tendo a versão revista sido assinada a 5 de fevereiro de 2019. O protocolo passa a assegurar o seguinte:
  - Alinhamento com os objetivos da ENIND/PAVMVD.
  - Enquadramento na Nova Geração de Políticas de Habitação (direito à habitação).
  - Promoção da cultura de oferta de habitação acessível junto dos municípios.
  - Promoção da priorização da atribuição de fogos de habitação social.
  - Alargamento do âmbito de aplicação às respostas de acolhimento de emergência.
  - Reformulação da ficha de adesão dos municípios com vista a promover uma maior responsabilização.

- Elaboração de ferramenta de utilização online, no sentido de garantir uma monitorização mais eficaz da execução do protocolo.
- Por outro lado, foi revisto, e assinado a 26 de junho de 2018, o protocolo entre a CIG e o IHRU, I.P., assegurando o alargamento do âmbito de aplicação às estruturas de atendimento e respostas de acolhimento de emergência da RNAVVD. Em 2018 foram solicitados 114 fogos e atribuídos 55 fogos ao abrigo deste protocolo.
- Foi atribuído apoio financeiro à autonomização das vítimas acolhidas na RNAVVD a 157 vítimas adultas e 204 crianças/jovens. Sendo que foram autonomizadas 354 vítimas adultas e 259 vítimas crianças/jovens sem recursos a apoio económico.

Foi também aprovado o Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, que cria o 1.º Direito, programa de apoio público à promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada. Este programa foi aprovado no âmbito da Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio, orientada no sentido de acomodar o aumento da população excluída do acesso à habitação por situações de grave carência e vulnerabilidade várias, incentivando, nomeadamente, uma oferta alargada de habitação para arrendamento público.

Neste contexto, o Programa 1.º Direito acautela a situação de especial vulnerabilidade das vítimas de violência doméstica no acesso ao apoio a soluções habitacionais, quer através do conceito de precariedade, na definição das causas de exclusão, na identificação de pessoas especialmente vulneráveis, quer na definição das entidades que podem beneficiar de apoio.

De salientar ainda que o Projeto Escola Vai à Casa Abrigo, no ano letivo de 2018/2019, conta com o envolvimento de 15 casas de abrigo e 16 docentes. O projeto ainda se encontra em curso sendo que o número das participantes ainda é muito volátil (dado a natureza/condicionantes de uma Casa de Abrigo para VVD). Todavia, estima-se que, no ano letivo de 2017/2018, foram abrangidas 251 pessoas.

Em matéria de teleassistência, medida judiciária de proteção à vítima: 2041 medidas ativas a 31 dezembro (das quais 1431 decretadas em 2018).

Foi aprovado em 2018 o Decreto Regulamentar n.º 2/2018, de 24 de janeiro, que regula as condições de organização e funcionamento das estruturas de atendimento, das respostas de acolhimento de emergência e das casas de abrigo que integram a RNAVVD, alinhando com o previsto na Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul), tendo em vista a melhoria e eficácia do funcionamento da rede. Este regime abrange a uniformização dos seguintes modelos de instrumentos de intervenção junto das vítimas, no sentido da harmonização de procedimentos, partilha de informação, articulação entre serviços e entidades intervenientes, celeridade processual:

- Ficha única de atendimento;
- Avaliação e gestão do grau de risco e das necessidades sociais;
- Plano de segurança;
- Relatório de encaminhamento;
- Plano individual de intervenção.

Para este efeito, a CIG constituiu um Grupo de Trabalho em fevereiro de 2018, com representantes do MAI e do MTSSS, tendo em vista a uniformização destes instrumentos e procedimentos e o estabelecimento de um processo de autoavaliação das estruturas e respostas. Estes instrumentos foram concluídos em fevereiro de 2019.

Durante 2018 desenrolou-se também o processo de elaboração da orientação técnica para a intervenção com crianças e jovens acompanhados/as e/ou acolhidos/as na RNAVVD, a ser concluído em 2019. Esta orientação compreende um protocolo de articulação entre a RNAVVD e o sistema nacional de proteção de crianças e jovens (Comissão Nacional para a Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens), que integra aspetos como:

- Compreender os comportamentos.
- Identificar sinais de risco nas várias fases de desenvolvimento das crianças vítimas de violência doméstica.
- Definir o tipo de questões a colocar nas entrevistas.
- Prever planos de segurança.

### **3. Intervir junto das pessoas agressoras, promovendo uma cultura de responsabilização**

**ODS - 3, 5, 10, 16, 17**

**E&O - E1, O1.2, E2, O2.4, E4 e O4.1**

Em matéria de intervenção junto das pessoas agressoras, é de assinalar que foram mantidos os protocolos já existentes com as entidades de apoio à vítima, aspeto essencial na intervenção no âmbito de penas e medidas judiciais aplicadas a pessoas agressoras. Está também em curso o levantamento das parcerias formais existentes.

Relativamente à medida de aplicação do PAVD a pessoas agressoras com penas ou medidas judiciais que obriguem à aplicação do programa e que tecnicamente reúnam condições para a sua frequência, incluindo em meio prisional, importa referir que o PAVD foi aplicado a 100% das pessoas arguidas e condenadas com obrigação de frequência (1315 pessoas agressoras) do universo de condenados/as a reações penais executadas na comunidade. Estes são dados consolidados relativos ao ano de 2018, reportados pelas Delegações Regionais de Reinserção e de acordo com a metodologia interna de monitorização.

Em termos de formação, de sublinhar que a DGRSP realizou os seguintes cursos:

- 6 ações de formação “Violência doméstica e género”, 12h (CE 1, Serviços de Reinserção Social 2 e Serviços Centrais 3) para 53 formandos/as.
- 1 ação de formação “Violências de género e familiar”, 18h (Serviços Centrais) para 17 formandos/as.
- 1 ação de formação “Igualdade de género e prevenção e combate à violência doméstica e de género”, 3h, para 400 formandos/as.

Relativamente à medida de consolidação do programa de intervenção para pessoas agressoras sexuais em meio prisional e alargamento ao cumprimento de penas e medidas de execução na comunidade: importa referir que o programa foi aplicado a 50% do universo de condenados/as a pena de prisão e 50% de condenados a reações penais executadas na comunidade, com obrigação de frequência deste tipo de programa.

Por outro lado, 32 reclusos frequentaram o programa VIDA.

O programa PAVD é um programa de aplicação em contexto comunitário, pelo que não existem decisões de frequência deste programa em contexto prisional. O programa dirigido à mesma problemática para reclusos condenados por crimes de violência doméstica (Programa “VIDA”), está em fase experimental, pelo que ainda não existem decisões judiciais para a sua aplicação.

A 15 de outubro de 2018, a CIG lançou novo aviso da tipologia 3.17.4 - Instrumentos específicos de proteção das vítimas e de acompanhamento de agressores na violência doméstica, dirigido à DGRSP, enquanto organismo do Ministério da Justiça com responsabilidade no âmbito do desenvolvimento das políticas de prevenção criminal, de execução das penas e medidas e de reinserção social (Aviso n.º POISE-37-2018-17), com uma dotação financeira de 700.000€.

Quanto à fiscalização da proibição de contactos, com recurso à Vigilância Eletrónica, de referir os seguintes dados:

- 2063 pessoas arguidas/condenadas fiscalizadas com recurso a meios de vigilância eletrónica.
- 746 pessoas arguidas/condenadas fiscalizadas com recurso a meios de vigilância eletrónica, em contexto de violência doméstica =
  - Por medida de coação = 490
  - Por suspensão provisória do processo = 7
  - Por suspensão da execução da pena de prisão = 22
  - Por pena acessória = 227

#### **4. Qualificar profissionais e serviços para a intervenção**

**ODS - 5, 10, 16, 17**

**E&O - E1, O1.2, E2, O2.4, E4 e O4.1**

Em matéria de formação, foram realizadas as seguintes ações:



- Duas «Ações de sensibilização sobre Casamentos Forçados e/ou Precoces», ministrada pela APF – Associação para o Planeamento da Família, no CNAIM de Lisboa, no dia 18 de janeiro (15 participantes – 12 mulheres e 3 homens) e no dia 25 de janeiro (12 participantes – 12 mulheres).
- Workshop Mensal «Violência Doméstica», ministrado pela CIG a dinamizadores/as comunitários do Programa Escolhas, no CNAIM de Lisboa, no dia 12 de abril (33 participantes – 28 mulheres e 5 homens).
- Workshop Mensal «Violência Doméstica», ministrado pela CIG a dinamizadores/as comunitários/as do Programa Escolhas, no IPDJ do Porto, no dia 16 de abril (14 participantes – 12 mulheres e 2 homens).
- Workshop Mensal «Violência Doméstica», ministrado pela CIG a dinamizadores/as comunitários/as do Programa Escolhas, no CNAIM de Lisboa, no dia 20 de abril (25 participantes – 18 mulheres e 7 homens).

Em matéria de violência sexual, salienta-se o desenvolvimento do projeto “Violência Sexual nas Relações de Intimidade” (VSRI), financiado pela Comissão Europeia, promovido pela CIG e que tem como parceiros associados o Ministério da Saúde, a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, o Ministério da Justiça (*INMLCF associate partner*), o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

O projeto visa a sensibilização de públicos estratégicos (oriundos dos *associate partner*) face ao fenómeno da violência sexual nas relações de intimidade (profissionais da administração pública, considerados fulcrais para a prevenção). Pretende-se que os públicos-alvo do projeto aprendam a reconhecer, no contexto da sua intervenção, a problemática da violência sexual nas relações de intimidade, bem como a adequar as suas atitudes e respostas/comportamentos face à problemática.

O projeto decorre entre maio de 2017 e novembro de 2019 (30 meses) e desenvolve-se em 4 fases:

- 1ª fase – Estudo de avaliação diagnóstica (metodologia de *Focus Group*) e questionário online sobre crenças e atitudes).

- 2ª fase – Sensibilização de públicos estratégicos e criação de materiais de sensibilização.
- 3ª fase – Campanha e disseminação da informação pelos públicos estratégicos.
- 4ª fase – Estudo de avaliação final.

A 1ª fase do Projeto VSRI ficou concluída com a realização do Estudo "Crenças e atitudes dos/as profissionais quanto à violência sexual nas relações de intimidade", cujos principais resultados foram apresentados no dia 5 de julho 2018 no Seminário realizado no ISMAI, encontrando-se presentemente em curso a fase de sensibilização de públicos estratégicos, oriundos dos *associate partners*. Esta fase do projeto é assegurada pelas ONG que atuam na área da violência contra as mulheres e violência doméstica a nível nacional, sendo as mesmas indicadas pelos *associate partners*. Esta escolha espelha alguma identificação do setor/*associate partner* à entidade (maior proximidade/afinidade com este público estratégico setorial). Nesta linha, a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (Forças de Segurança – PSP e GNR) e o Ministério da Justiça, representado pelo INMLCF, realizam as formações em conjunto e a entidade escolhida foi a AMCV. A Direção Geral de Educação, assim como a Segurança Social realizam as suas formações em conjunto com a UMAR. E a Direção Geral da Saúde realiza as suas formações em conjunto com a APAV.

Os planos de formação devem ir ao encontro dos objetivos e espírito do projeto e centrar-se nos resultados obtidos no Estudo "Crenças e atitudes dos/as profissionais quanto à violência sexual nas relações de intimidade".

No âmbito deste objetivo estratégico, salienta-se ainda a celebração dos seguintes protocolos:

- Protocolo de cooperação entre a CIG, a PGR, a SGMAI, a DGAJ, a GNR e a PSP, assinado a 9 de julho de 2018, tendo em vista promover:
  - Diagnóstico de necessidades formativas de oficiais de justiça (inquérito online) – realizado em outubro de 2018.
  - Formação de intervenientes em violência contra as mulheres e a violência doméstica na fase do inquérito (oficiais de justiça e forças de segurança): realizada em dezembro de 2018.

- Orientação técnica e boas práticas, definindo procedimentos comuns e articulados – a realizar em 2019.
- Protocolo de cooperação entre a CIG e a OA, assinado a 6 de julho de 2018, tendo em vista assegurar um serviço de apoio jurídico mais eficaz de advogados/as a vítimas de violência doméstica, através de:
  - Formação especializada para advogados/as na área da violência contra as mulheres e a violência doméstica.
  - Definição de uma Lista de advogados/as inscritos/as no apoio judiciário na área da violência contra as mulheres e a violência doméstica.
  - Definição de uma lista de advogados/as com formação na área da violência contra as mulheres e a violência doméstica.

Por outro lado, é de referir ainda que a CIG promoveu a seguinte formação em matéria de violência contra as mulheres e violência doméstica para públicos estratégicos até 31 de dezembro de 2018:

PÚBLICO ESTRATÉGICO	NOME DA AÇÃO/ENTIDADE	N.º FORMANDOS/AS	
FORÇAS SEGURANÇA	GAIV-PORTO-A Legislação Portuguesa e Internacional no combate à VD	PSP	24
	Abordagem Intergeracional” e “Procedimentos práticos relativos à proteção eletrónica – violência doméstica” no 12º Curso de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (GNR)	GNR	70
ACM, I.P.	Formação em VGVG Programa Escolhas Porto	113	
PROGRAMA ESCOLHAS	Igualdade de Género – Prevenção e Combate à VDG		
TÉCNICOS/AS RNAVVD	5.º Encontro de Polos de Apoio Integrado a vítimas de VDBG	30	
MAGISTRADOS/AS	Formação de Teleassistência a Magistrados/as	30	
ESTUDANTES ENSINO UNIVERSITÁRIO	“Crianças e Violência Doméstica”, no Mestrado em Educação Social: Intervenção com Crianças e Jovens em Risco, ICE	10	
TAV	Procedimentos e trabalho em rede para o conjunto de estruturas de atendimento do distrito de Leiria	35	
TÉCNICAS/OS DA DGRSP	"Violência do Doméstica e de Género"	30	
OFICIAIS de JUSTIÇA	Violência doméstica e de género	27	
<b>TOTAL</b>		<b>369</b>	

## **5. Investigar, monitorizar e avaliar as políticas públicas**

**ODS - 3, 5, 10, 16, 1**

**E&O - E1, O1.1, O1.2, E2, O2.4, E4, O4.1**

Este objetivo estratégico não tem metas de execução previstas para o ano de 2018, apenas para os anos seguintes.

## **6. Prevenir e combater as práticas tradicionais nefastas (PTN), nomeadamente, a mutilação genital feminina (MGF) e os casamentos infantis, precoces e forçados**

**ODS - 3, 4, 5, 10, 16, 17**

**E&O - E1, O1.2, E2, O2.4, E4, O4.1, O4.2**

O combate às práticas tradicionais nefastas é uma das orientações da ENIND. Este domínio de intervenção foi assim inscrito no Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e à Violência Doméstica 2018-2021, refletindo o entendimento de que as práticas tradicionais nefastas, nomeadamente a mutilação genital feminina e os casamentos infantis, precoces e forçados, constituem formas de violência contra as mulheres e o seu combate deve ser ampliado e reforçado, assim concretizando plenamente a Convenção de Istambul.

Durante 2018 foram realizadas diversas ações de formação, promovidas preponderantemente por organizações não governamentais apoiadas pela CIG no âmbito do Prémio Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro. Estas formações dirigiram-se quer às comunidades de risco, quer a profissionais, tendo ocorrido no âmbito dos seguintes projetos:

- Projeto “Pelo Fim da Excisão. Faço (p)arte”, da Associação Mulheres sem Fronteiras, em curso de 1 de janeiro de 2017 a 31 de março de 2019.
- Projeto “Em Rede contra a Mutilação Genital Feminina II” do Movimento Musqueba – Associação de Promoção e Valorização da Mulher Guineense, em curso de 1 de janeiro de 2017 a 31 de março de 2019.

- Projeto “Fator M – Ativismo pelo fim da MGF”, da Associação Filhos e Amigos de Farim, em curso de 1 de janeiro de 2017 a 31 de julho de 2018.

Sublinha-se as seguintes ações de formação:

- Associação dos Filhos e Amigos de Farim: em 2018, as mulheres e raparigas formadas pelo projeto em 2017 realizaram um roteiro contra a MGF (com especial incidência no Concelho de Sintra), designadamente promovendo ações de carácter informativo e formativo. Registaram-se como participantes nesses eventos 883 pessoas.
- Associação Mulheres Sem Fronteiras: realizou 18 ações de sensibilização/formação sobre MGF dirigidos a múltiplos profissionais bem como às comunidades de risco, designadamente técnicos/as das CPCJ, docentes e estudantes do ensino secundário, docentes e estudantes do ensino superior nas áreas de medicina, educação e serviço social, profissionais de saúde, mulheres migrantes e refugiadas, sobreviventes, ativistas, ONG e profissionais de comunicação/media, tendo atingido 784 pessoas (601 mulheres e 183 homens).

Salienta-se também o projeto “Meninas e Mulheres: Educação – Saúde – Igualdade – Direitos”, promovido pela P&D Factor – Cooperação sobre População e Desenvolvimento em parceria com o CNAPN – Comité Nacional para o Abandono de Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e Criança (Guiné-Bissau), que está a decorrer desde 1 de junho de 2017 com o apoio financeiro da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade. Na Guiné-Bissau, este projeto realizou múltiplas ações de informação/sensibilização, dirigidas a 3643 pessoas, sendo 1849 mulheres e 1794 homens. No que concerne a ações de formação, a associação em apreço reportou a realização de 8 ações, num total de 120 horas, abrangendo 187 pessoas, sendo 116 mulheres e 71 homens. Em Portugal, o projeto formou um grupo de mulheres a residir na Grande Lisboa, oriundas da Guiné-Bissau, capacitando-as para o empoderamento de jovens e mulheres pelo abandono de práticas nefastas e participação cívica, bem como o desenvolvimento de trabalho com lideranças e pessoas chave de várias entidades comunidades oriundas da Guiné-Bissau e outros países praticantes de práticas nefastas como a MGF e casamentos infantis e discriminação em razão do sexo. Esta formação teve lugar em Almada, Trafaria, Lisboa e Odivelas, abrangendo 37 mulheres.

Em fevereiro de 2018 realizou-se o II Encontro Regional sobre MGF no Seixal. Este evento reuniu no mesmo espaço pessoas pertencentes às comunidades afetadas, ativistas dos direitos humanos das mulheres e profissionais de diferentes setores, nomeadamente profissionais de saúde, técnicos/as de proteção de menores, técnicos de autarquias, órgãos de polícia criminal e docentes. Estiveram presentes cerca de 70 pessoas.

O ACM promoveu 2 ações de sensibilização sobre casamentos forçados e/ou precoces, ministradas pela APF – Associação para o Planeamento da Família, no CNAIM de Lisboa.

Entre abril e outubro de 2018 esteve em preparação o projeto “Práticas Saudáveis: Fim à Mutilação Genital Feminina”, apresentado em cerimónia pública a 7 de novembro de 2018 na Amadora. Este projeto foi concebido por iniciativa da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, que para o efeito encetou contactos com a Secretária de Estado da Saúde, tendo em vista dar um novo impulso às políticas de erradicação da MGF em Portugal. As reuniões preparatórias ocorreram entre maio e agosto, incluindo especialistas, Direções Executivas de Agrupamentos de Centros de Saúde e as respetivas Unidades de Saúde Pública, e permitiram desenhar o projeto de modo a garantir o reforço do envolvimento dos serviços públicos, potenciar a experiência adquirida e assegurar uma intervenção integrada, logo mais capaz de prevenir a ocorrência desta prática tradicional nefasta.

O projeto é coordenado e monitorizado conjuntamente pela CIG, pelo ACM e pela ARSLVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, que para este efeito assinaram o Protocolo de Cooperação para uma Atuação Integrada na Prevenção e Combate à Mutilação Genital Feminina. As atividades do projeto serão dinamizadas a nível local pelas Unidades de Saúde Pública dos 5 Agrupamentos de Centros de Saúde que abrangem as áreas de maior prevalência da MGF em Portugal – Almada-Seixal, Amadora, Arco Ribeirinho (Alcochete, Montijo, Moita, Barreiro), Loures-Odivelas e Sintra –, o que permite pela primeira vez ancorar o trabalho de prevenção e combate a esta prática tradicional nefasta nos serviços de saúde mais próximos da população afetada. As atividades consistirão na capacitação de profissionais em setores-chave (saúde, educação, justiça, forças de segurança, segurança social, entre outros) e em iniciativas de intervenção comunitária para mobilizar mulheres e homens de todas as idades para o combate à MGF.

A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade visitou a Guiné-Bissau de 11 a 15 de setembro, juntamente com a Secretária de Estado da Saúde, com o objetivo de conhecer as iniciativas em curso nesse país para erradicar a MGF, as dificuldades com que se confrontam e os modos como as superam.

No último trimestre de 2018, a CIG abriu concurso para apoio a projetos de prevenção e combate à mutilação genital feminina desenvolvidos por organizações não governamentais. Este concurso refletiu um novo paradigma face ao Prémio Contra a MGF – Mudar aGora o Futuro antes existente, em particular ao definir como requisito o estabelecimento de parcerias das organizações não governamentais candidatas com serviços públicos e/ou outras entidades da sociedade civil. O montante total disponível foi também aumentado de 30 mil para 50 mil euros. Foram recebidas 14 candidaturas, das quais 8 foram aprovadas para financiamento, com projetos nos seguintes territórios: Almada, Seixal, Loures, Odivelas, Montijo, Alcochete, Barreiro, Moita, Sintra, Amadora, Porto e Vila Nova de Gaia.

A 4ª edição do curso de pós-graduação em “Saúde Sexual e Reprodutiva: *Mutilação Genital Feminina*” teve início a 14 de dezembro de 2018, na Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal, e decorre até junho de 2019. A parceria para a realização da pós-graduação foi alargada nesta 4ª edição, com o ACM e a ARSLVT a juntar-se assim à CIG, DGS, APF e Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal. Encontram-se a frequentá-la 29 profissionais de saúde (9 médicas/os, 15 enfermeiras/os, 4 assistentes sociais e 1 psicóloga), que trabalham nas áreas de maior prevalência da MGF e atuarão como replicadores do conhecimento nos respetivos contextos profissionais.

## **Plano de Ação de Combate à Discriminação em Razão da Orientação Sexual, Identidade e Expressão de Género, e Características Sexuais (PAOIEC)**

- 1. Promover o conhecimento sobre a situação real das necessidades das pessoas LGBTI e da discriminação em razão da OIEC**

**ODS – 10, 16, 17**

**E&O – E1-O1.4**

Reconhecendo a importância da recolha de dados para melhor conhecimento sobre a situação real das necessidades das pessoas LGBTI, será aberto um procedimento concursal para a elaboração de estudos que possam vir a produzir dados nacionais nas áreas da OIEC. Em 2018 foi assegurado financiamento para a realização destes estudos através de uma candidatura bem-sucedida à tipologia 3.14 do POISE. Os protocolos decorrentes destas parcerias contribuirão para o cumprimento do indicador de produto (número de protocolos estabelecidos).

- 2. Garantir a transversalização das questões da OIEC.**

**ODS – 3, 10, 11, 16**

**E&O – E1-O1.4, E2-O2.6**

A CIG organizou, em outubro de 2018, uma ação de formação com a temática OIEC, na qual participaram 14 pessoas da sua equipa técnica.

A CIG integra a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem Abrigo. Nesse âmbito, contribuiu para a inclusão da dimensão de género no referencial de formação para técnicos/as dos NPISA (Núcleos Locais para a Integração de Sem-Abrigo), nomeadamente por via da inclusão de dois módulos, intitulados “O Género na intervenção junto das pessoas em situação de sem abrigo” e “Orientação sexual, identidade de género e características sexuais”.



A CIG em colaboração com o JurisApp realizou um curso de formação sobre “Orientação Sexual, Identidade de Género e Características Sexuais”, no qual participaram 35 pessoas (26 mulheres e 9 homens).

A Secretaria Geral do Ministério da Justiça organizou, a 22 novembro de 2018, uma ação de formação em matéria de combate à discriminação com base na orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais, em que participaram 38 pessoas.

Através do acolhimento do Fórum IDAHOT (International Day Against Homophobia, Transphobia & Biphobia) em Lisboa permitiu reforçar a posição portuguesa nos fora internacionais no contexto multilateral e nas relações bilaterais em questões da OIEC. O Fórum realizou-se a 14 de maio de 2018 e teve como tema: “Integrar os direitos LGBTI em todas as Políticas, das globais às locais: Igualdade em todo o lado, para todas as pessoas”, tendo sido abordadas as seguintes temáticas: apresentação e discussão do Rainbow Index and Map, Trans Rights Europe Map e LGBTIQ Inclusive Education Index, e como reduzir as disparidades da coerência interna e externa da União Europeia. Realizaram-se também 4 workshops temáticos: Juventude e Educação; Interculturalidade; Desporto; e Políticas Locais.

A CIG apoiou financeiramente organizações da sociedade civil representativas das pessoas LGBTI através de concurso público. Este apoio foi distribuído, no concurso de 2019, por 9 entidades (Ação Pela Identidade, AMPLOSIG, Plano i, Identidade e Afetos, Casa Qui, ILGA Portugal, Tudo Vai Melhorar, rede ex aequo e Variações) para o desenvolvimento de atividades específicas de combate à discriminação em razão da OIEC. A atribuição deste financiamento pretendeu reforçar, em particular, o envolvimento das organizações da sociedade civil, tendo designadamente em conta a especial proximidade e conhecimento empírico que as organizações não-governamentais têm dos contextos territoriais de aplicação das medidas de política e respetivos públicos-alvo. Estas organizações são interlocutoras privilegiadas, participando de forma ativa e substantiva na (re)formulação e execução das políticas públicas.

**3. Combater a discriminação em razão da OIEC e prevenir e combater todas as formas de violência contra as pessoas LGBTI na vida pública e privada.**

**ODS – 4, 8,10, 16, 17**

**E&O – E1-01.4, E2-02.6, E4-04.3**

O Projeto ADIM – Avançar na Gestão da Diversidade LGBT nos Setores Público e Privado (2018-2019) resultou de uma candidatura da CIG ao mecanismo financeiro da União Europeia, em parceria com o Instituto de la Mujer e a Universidade Complutense de Madrid, visando desenvolver ações de formação e informação/literacia sobre questões de discriminação em razão da OIEC no mercado de trabalho junto de entidades do sector público (universidades) e privado (empresas).

Para a promoção e a desconstrução dos estereótipos homofóbicos, bifóbicos, transfóbicos e interfóbicos, designadamente no sistema de educação, no desporto, na comunicação social e na publicidade, contou-se com a realização de 38 ações de formação, acreditadas, pelo CCPF (ações de longa duração) ou pelos CFAE (ações de curta duração), que abrangeram um total de 1653 docentes, em que 31% frequentou ações sobre Orientação Sexual, Identidade de Género e Características Sexuais. A formação sobre OIEC foi de curta duração (3h a 6h) e abrangeu 6 turmas, num total de 412 docentes.

No que concerne à ENEC, generalizada a todas as escolas e níveis de ensino, a matéria da OIEC é abordada no âmbito do domínio “Igualdade de Género”. Neste contexto, e relativamente à formação de docentes, vide relatório de monitorização do PAIMH, Objetivo Estratégico 3.

Enquadrada na promoção de medidas de prevenção e combate à homofobia, bifobia, transfobia e interfobia nos sistemas de educação, na comunicação social e publicidade, realizou-se a campanha Trans e Intersexo #DireitoASer, com vista à sensibilização sobre os direitos das pessoas trans e intersexo, cujo lançamento aconteceu durante o Fórum IDAHOT em Lisboa. A campanha é baseada em testemunhos reais de três pessoas trans e de uma pessoa intersexo que, com vidas e experiências diferentes, têm em comum algo de muito importante: a luta pelo reconhecimento dos seus direitos. Os vídeos remetem para locais e práticas que fazem parte das suas vidas quotidianas, assim tornando-se evidente que as atividades e os interesses

personais são partilháveis por toda a gente independentemente da sua identidade ou expressão de género e das suas características sexuais.

Com o objetivo de especializar e adequar serviços e respostas para a prevenção e o combate à discriminação em razão da OIEC e à violência contra as pessoas LGBTI, foram apoiadas quatro respostas especializadas no combate a todas as formas de violência contra pessoas LGBTI na vida pública e privada: uma estrutura de acolhimento de emergência (Casa Arco-Íris, Plano i) e três estruturas de atendimento (ILGA Portugal, Plano i e Casa Qui).

Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030							Execução 2018	
Plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens 2018-2021 (PAIMH)								
Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Medidas	Indicadores de produto	Entidades		Metas		
				Responsáveis	Envolvidas	2018		
1. Garantir uma governança que integre o combate à discriminação em razão do sexo e a promoção da IMH nas políticas e nas ações, a todos os níveis da AP ODS - 3, 5, 9, 10, 11, 16 e 17 E&O - E1 01.1, 01.2, 01.3, E2 02.1, 02.2, 02.3 e 02.4	1.1. Garantir informação, incluindo dados estatísticos, de qualidade, desagregada por sexo	1.1.2. Produção de informação e conhecimento em matéria de IMH Articula com 1.6.4., 2.2.3., 2.3.2., 2.4.2., 4.2.1., 5.1.3. e 7.1.5. PAIMH	<i>N.º de estudos sobre o impacto económico da redução da segregação sexual no mercado de trabalho, do valor do trabalho não pago e da divisão mais igualitária do trabalho de cuidado, iniciados</i>	MPMA/CIG	IES/CInv	1	O Governo (área da cidadania e igualdade) negociou o novo Programa "Conciliação e Igualdade de Género" do mecanismo financeiro EEAGrants 2014-2021. Neste contexto, foi negociada uma linha de financiamento específica para a produção destes quatro estudos. O Programa "Conciliação e Igualdade de Género" foi lançado a 24 de setembro de 2018. O aviso de abertura foi lançado a 8 de março de 2019, estando o concurso aberto até 10 de maio de 2019	
			<i>Estudo sobre a IMH nos setores da economia do mar produzido</i>	MM/DGPM MPMA/CIG		31/dez	O estudo foi produzido e será publicado em 2019.	
			<i>Registo estatístico, desagregado por sexo, das queixas efetuadas por pessoas com deficiência e dos/as beneficiários/as abrangidos/as pelos projetos financiados pelo INR, efetuado</i>	MTSSS/INR	MTSSS/CITE/GEP	x	O registo estará disponível a partir de abril de 2019	
	1.2. Integrar a perspetiva da IMH na contratação pública, financiamentos e linhas de apoio, incluindo fundos estruturais	1.2.2. Atribuição, pela CIG, de financiamentos afetos a políticas de IMH		<i>Financiamento para o apoio técnico à elaboração e monitorização da execução de planos para a igualdade atribuído</i>	MPMA/CIG		x	O processo de preparação desta tipologia ocorreu durante 2018 e início de 2019. Neste contexto, procedeu-se à quinta alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, aprovado em anexo à Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março. Esta alteração, aprovada em fevereiro de 2019 pela Portaria n.º 66/2019, de 20 de fevereiro, veio eliminar o limite máximo de financiamento por projeto no âmbito desta tipologia. O aviso de abertura deste concurso será lançado até ao final do primeiro semestre de 2019
				<i>Entidades apoiadas que implementaram planos para a igualdade</i>			124 (até 2021)	Idem
				<i>Financiamento para o apoio à capacitação e constituição de empresas por mulheres atribuído</i> Articula com 2.1.4. PAIMH			x	O processo de preparação desta tipologia ocorreu durante 2018 e início de 2019. O aviso de abertura deste concurso será lançado até ao final do primeiro semestre de 2019. O IAPMEI lançou o aviso 2018-01 – StartUP Voucher – Projetos Empreendedores, integrado na Estratégia Nacional para o Empreendedorismo, designada por Programa Startup Portugal. Nos termos do aviso, as candidaturas/projetos devem ser, sempre que possível, apresentadas por equipas em que ambos os sexos estejam representados e as equipas de promotores/as beneficiários/as, constituídas em igualdade entre mulheres e homens ou exclusivamente por elementos do sexo feminino são valorizadas na avaliação.
				<i>Mulheres participantes em ações de formação e consultoria para o empreendedorismo</i>			331 (até 2021)	Idem
				<i>Financiamento para o apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e para ações de combate à discriminação atribuído</i>			x	Em 2018, dos 50 projetos aprovados nesta tipologia (Aviso POISE-36-2015-21), num montante total de 3.777.591,17€, terminaram 23 projetos e continuaram em execução 27 projetos, que terminarão até ao final do primeiro semestre de 2019. A 8 de março de 2019, foi lançado novo aviso nesta tipologia (Aviso POISE- 36-2019-07), cujo concurso está aberto até 22 de abril de 2019, com uma dotação estimada de 6M€.
				<i>Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos apoiadas</i>			100 (até 2021)	45
				<i>Financiamento para a formação de públicos estratégicos atribuído</i>			x	Em 2018, dos 92 aprovados nesta tipologia (Aviso POISE-36-2015-20), num montante total de 3.033.071,23€, terminaram 86 projetos (em 2017 terminaram 4 projetos) e continuaram em execução 2 projetos, que terminarão até ao final do primeiro semestre de 2019. A 8 de março de 2019, foi lançado novo aviso nesta tipologia (Aviso POISE- 36-2019-06), cujo concurso está aberto até 22 de abril de 2019, com uma dotação estimada de 3,5M€.
				<i>Participantes em ações de formação de públicos estratégicos</i>			61700 (até 2021)	Estando a ser analisados os saldos finais dos projetos, espera-se uma execução física global desta tipologia de 621 ações de formação e 9.068 pessoas formadas, distribuídas pela 92 candidaturas
				<i>Apoio técnico e financeiro (pequena subvenção) a ONGM atribuído</i>			x	Em 2018, estiveram em curso 19 projetos apoiados num montante total de 87.918,33€ (atribuídos em 2017). Em abril de 2018, a CIG lançou novo aviso de concurso, tendo sido aprovadas 17 candidaturas, num montante de 119.797,06€
				<i>N.º de ONGM apoiadas</i>			72 (até 2021)	19 entidades com projetos aprovados no concurso de 2017. 17 entidades com projetos aprovados no concurso de 2018.

1.3. Integrar a perspectiva da IMH na formação dirigida aos recursos humanos da AP	1.3.1. Protocolos/parcerias da CIG para integração da perspectiva da IMH, incluindo a perspectiva interseccional, nas ações de formação para o pessoal dirigente e técnico da AP Articula com 1.1.5. e 6.1.1. PAVMVD e 2.1.1. PAOIEC	Protocolos/parcerias com a FEFAL e JurisAPP celebrados e protocolo com o INA revisto (incluindo para a produção de orientações), para a integração da perspectiva da IMH nas ofertas formativas e planos de formação da AP	MPMA/CIG/JurisAPP MF/INA MAmb/IHRU		31/dez	Protocolo de cooperação assinado entre a CIG e o INA a 13 de fevereiro de 2019 com vista a concretizar os objetivos da ENIND. Neste âmbito, o INA lançou o primeiro programa de formação em Igualdade e Não Discriminação, integrado na respetiva oferta formativa regular (incluindo cursos em Igualdade e Não Discriminação; Políticas na Ótica do Género; Orçamentos Sensíveis ao Género; e Plano de Igualdade). Os protocolos entre a CIG e o Jurisapp e entre a CIG e a FEFAL serão assinados em 2019.
		N.º de cursos de formação da FEFAL, JurisAPP, IHRU e INA que integram a perspectiva da IMH			100 (até 2021)	Em 2018, o JurisApp realizou uma ação de formação. Estão previstas para 2019 oito ações de formação, a realizar nos meses de maio, junho, setembro e outubro. Estão previstos para 2019 quatro ações de formação no âmbito do programa de formação do INA em Igualdade e Não Discriminação. IHRU realizou 2 cursos em LTFP com abordagem sobre recrutamento e conciliação trabalho-família, bem como 2 cursos de formação em SIADAP que integraram a temática da igualdade e não discriminação.
		N.º de pessoas abrangidas pelas ações de formação por área protocolada			300 (JurisAPP)	35
	1.3.2. Inclusão nos planos de formação anuais das Secretarias-Gerais dos Ministérios de, pelo menos, um curso em IMH, incluindo a perspectiva interseccional e a dimensão da comunicação institucional Articula com 1.5.1. PAIMH, 4.1.1. PAVMVD e 2.1.1. PAOIEC	% de planos de formação com, pelo menos, um curso em IMH	MPMA/CIG Demais departamentos governamentais		2	Realizado: Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e da Transição Energética
1.4. Reforçar os dispositivos que garantem a integração da perspectiva da IMH na AP	1.4.1. Concretização do artigo 18.º do Orçamento de Estado sobre <i>gender budgeting</i>	N.º de ações de formação em <i>gender budgeting</i> para o pessoal técnico das áreas da administração pública e finanças públicas dos departamentos governamentais	MPMA/CIG MF/INA/DGO	Todos os departamentos governamentais ONG	1	3
		N.º de pessoas abrangidas pela ação de formação anual em <i>gender</i>			14	14
		N.º de pessoas abrangidas pela formação em posto de trabalho			12	12
		N.º de relatórios setoriais de impacto de género produzidos			6	5 relatórios setoriais e 1 relatório geral
	1.4.3. Revisão dos estatutos dos/as conselheiros/as para a igualdade, a nível central e autárquico, e do modelo de protocolo entre a CIG e os municípios	Modelo de protocolo de cooperação reformulado Articula com 1.3.1. PAIMH, 1.1.3 e 6.1.1. PAVMVD e 2.1.2. PAOIEC	MPMA/CIG	Municípios	31/dez	Novo modelo de protocolo de cooperação entre a CIG e os municípios lançado publicamente no dia 24 de outubro de 2018.
	1.4.4. Promoção de projetos para integração da perspectiva da IMH a nível local e regional	Encontro nacional para a apresentação e discussão de práticas municipais de promoção da IMH e conciliação, e de combate à violência, realizado por	MPMA/CIG ANMP	ONG	31/out	Realizado no dia 24 de outubro de 2018.
	1.4.5. Atribuição de prémios que promovem a integração da perspectiva da IMH em áreas setoriais	N.º de prémios atribuídos Articula com 6.2.1. PAVMVD	MPMA/CIG MTSSS/CITE MC/GEPAC		2	3
		Atribuição do Prémio "Jovens pela Igualdade" a associações juvenis que promovem a IMH	MEdu/IPDJ	ONG Membros do Júri	1	1
	1.4.6. Reforço e capacitação dos mecanismos oficiais para a igualdade	N.º de lugares criados no quadro de pessoal da CIG	MPMA/CIG		1	1
		N.º de ações de capacitação dos recursos humanos da CIG, CITE, IRN e ACM sobre novas dimensões da igualdade e não discriminação, designadamente sobre discriminação interseccional Articula com 1.3., 1.6.4. e 7.1.2. PAIMH, 1.1.5. e 6.1.1. PAVMVD e 2.1.1. PAOIEC	MPMA/CIG/ACM MTSSS/CITE/IRN		1	1 ação de formação "Promover os direitos das pessoas intersexo, trans e não-binárias" que decorreu na CIG em outubro de 2018. 1 ação de formação no âmbito do Ciclo de Laboratórios de Igualdade e Não Discriminação da CITE sobre IMH no mercado de trabalho
N.º de pessoas abrangidas pelas ações de capacitação dos recursos humanos da CIG, CITE, IRN e ACM sobre novas dimensões da igualdade e não discriminação, designadamente sobre discriminação interseccional Articula com 1.3., 1.6.4. e 7.1.2. PAIMH, 1.1.5. e 6.1.1. PAVMVD e 2.1.1. PAOIEC		6 (CITE) 10 (CIG/ACM)		14 (CIG) 10 (CITE)		
1.5.1. Utilização de uma linguagem não discriminatória na AP	% planos de formação das Secretarias-Gerais com, pelo menos, um curso em IMH que inclua a dimensão da comunicação institucional Articula com 1.3.2. PAIMH, 1.1.5. PAVMVD e 2.1.1. PAOIEC	MPMA/CIG Demais departamentos governamentais			Meta partilhada com 1.3.2 PAIMH Realizado.	
	Uso de linguagem e imagens não discriminatórias nas notícias publicadas no portal, redes sociais e em notícias cuja responsabilidade seja do Camões, bem como em todos os impressos, publicações e documentos e nas plataformas e formas de comunicação usadas pelo Camões	MNE/Camões		x	MNE acautela a utilização de linguagem e imagens não discriminatórias em todos os meios de divulgação empregues	
1.6.2. Constituição do Conselho Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação tendo em vista a monitorização da implementação das medidas de natureza interseccional da ENIND	Conselho Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação criado	MPMA		31/dez	O processo de criação deste Conselho ficará concluído em 2019	
1. Garantir uma governança que integre o combate à discriminação em razão do sexo e a promoção da IMH						

nas políticas e nas ações, a todos os níveis da AP ODS - 3, 5, 9, 10, 11, 16 e 17 E&O - E1 01.1, 01.2, 01.3, E2 02.1, 02.2, 02.3 e 02.4	1.6. Reconhecer e integrar a perspetiva interseccional	1.6.3. Produção de instrumentos e desenvolvimento de ações de informação, sensibilização e capacitação sobre a discriminação interseccional	Documentário sobre discriminação interseccional lançado	MPMA/CIG/ACM	ONG	31/dez	O filme «Mulheres do Meu País» foi produzido durante 2018, por Raquel Freire. A produção do filme foi promovida pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade. A pré-estreia ocorreu a 7 de março de 2019, no Cinema São Jorge em Lisboa. O filme vai ser exibido em vários territórios do país durante o ano de 2019.
			Financiamento para formação avançada em matéria de discriminação, designadamente interseccional, atribuído Articula com 1.2.2. e 4.2.2. PAIMH	MPMA/CIG	IES/CInv	Meta partilhada com 1.2.2	A 8 de março de 2019, foi lançado novo aviso nesta tipologia (Aviso POISE- 36-2019-06), cujo concurso está aberto até 22 de abril de 2019, com uma dotação estimada de 3,5M€.
			N.º de entidades apoiadas para formação avançada em matéria de discriminação, designadamente interseccional			1	Em 2018, o Governo apoiou os seguintes cursos de especialização: -na Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal: pós-graduação "SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA: MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA", numa parceria entre ACM, ARSLVT, CIG, DGS, APF e Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal (iniciada a 14 dezembro 2018). -na Coimbra Business School: "VIOLÊNCIA(S): Da Perceção à Intervenção - Curso de Especialização."
			N.º de ações de sensibilização, junto de operadores económicos, sobre a importância de promover a igualdade e a não discriminação como vantagem competitiva que cria valor acrescentado e que contribui para o crescimento, a sustentabilidade e a competitividade económica	MEC/DGAE		1	A DGAE organizou, no dia 11 de dezembro de 2018, o workshop «A Conduta Empresarial Responsável enquanto Vantagem Competitiva», que contou com a participação de várias entidades (CITE, Grupo de Trabalho Direitos Humanos e Práticas Laborais da Rede RSO PT, ACT, DGAE e Academia/ISCSP) e do setor privado
1.6.4. Integração da perspetiva da IMH no trabalho dos serviços da rede nacional de apoio à integração de migrantes e demais áreas de projeto do ACM			N.º de estudos sobre migrações, minorias étnicas e raciais, e género, produzidos Articula com 1.1.2. PAIMH	MPMA/ACM/CIG		1	Destaques Estatísticos #19 do Observatório das Migração: "Imigração e Igualdade de Género" de agosto de 2018 – disponível em <a href="https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/602458/Destaques+Estat%C3%ADsticos+O+N+%2319++-+Imigra%C3%A7%C3%A3o+e+Igualdade+de+G%C3%A9nero.pdf/011c37be-7e5c-456f-8197-0722ca216e48">https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/602458/Destaques+Estat%C3%ADsticos+O+N+%2319++-+Imigra%C3%A7%C3%A3o+e+Igualdade+de+G%C3%A9nero.pdf/011c37be-7e5c-456f-8197-0722ca216e48</a> Também os Relatórios "Indicadores de Integração de Imigrantes" dispõem anualmente de caracterização dos indicadores sistematizados por sexo-
			Dados dos atendimentos efetuados nos CNAIM desagregados por sexo	MPMA/ACM		x	Os CNAIM registaram 272.912 atendimentos de Janeiro a Dezembro de 2018. Estima-se que deste total, 45% são mulheres.
			1.7.1. Revisão da atual Estratégia de Cooperação Portuguesa para a Igualdade de Género (em avaliação) e aprovação de uma nova Estratégia de Cooperação Portuguesa para a IMH	Estratégia avaliada pelo Camões e pela CIG	MNE/Camões MPMA/CIG	MJ	31/dez
1. Garantir uma governança que integre o combate à discriminação em razão do sexo e a promoção da IMH nas políticas e nas ações, a todos os níveis da AP ODS - 3, 5, 9, 10, 11, 16 e 17 E&O - E1 01.1, 01.2, 01.3, E2 02.1, 02.2, 02.3 e 02.4	1.7. Integrar a perspetiva da IMH nas relações internacionais e na cooperação	1.7.2. Reforço da posição portuguesa nas relações externas, nos fora internacionais no contexto multilateral e nas relações bilaterais em matéria de IMH	N.º de propostas nacionais para iniciativas internacionais e bilaterais em matéria de IMH	MPMA/CIG	Todos os departamentos governamentais ONG	2	Em 2018 foram negociados 2 memorandos de entendimento entre Portugal e a Tunísia e entre Portugal e a República Dominicana, criando mecanismos de articulação em matéria de IMH. AdP desenvolveu o projeto Girl Move (projeto piloto de capacitação de jovens raparigas moçambicanas especialmente vulneráveis) - acolheu uma jovem moçambicana para acompanhar o seu "estágio de vida" em Portugal.
			N.º de propostas nacionais e de projetos no âmbito da CPLP em matéria de IMH			2	Lançado, a 14/3/18, em reunião à margem da 62CSW, o ano temático "2018 Ano da CPLP por uma vida livre de violência contra mulheres e meninas", tal como deliberação da IV Reunião de Ministras para a Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher da CPLP, sob proposta de Portugal. Também sob proposta de Portugal, e após consulta a todos os Estados Membros, foram aprovados o Programa de Trabalho, o logótipo e slogan alusivos ao ano temático. Igualmente, Portugal procedeu à recolha de testemunhos reais, gravados por mulheres e meninas vítimas de violência de todos os países, que deveriam passar em todas as reuniões da CPLP, realizadas ao longo de 2018, por forma a marcarem o ano temático. Estes testemunhos, gravados em áudio, foram oficialmente apresentados pelos pontos focais de género, em particular pela Presidência de Cabo-verde, aos pontos focais da cooperação da CPLP, na reunião na Ilha do Sal, nos dias 11 e 12 julho de 2018, e na Conferência de Chefes de Estado e de Governo.
			N.º de ações de formação para profissionais de atendimento, recrutamento e seleção dos Centros de Emprego			10 (IEFP)	10 ações em ações que integraram a temática da ética e da igualdade de género (não exclusivamente sobre dessegregação). 4 sessões formativas da 3ª edição do Ciclo de Laboratórios de Igualdade de Género no Trabalho e no Emprego.
		2.1.1. Integração do objetivo da dessegregação das					

**2. Garantir as condições para uma participação plena e igualitária de mulheres e homens no mercado de trabalho e na atividade profissional**  
**ODS - 1, 3, 5, 8, 10, 16, 17**  
**E2 02.1, 02.2, 02.3, 02.4 e 02.5**

<b>2.1. Combater a segregação sexual nas profissões</b>	2.1.1. Integração do objetivo de dessegregação das profissões na atividade do IEFP, ao nível dos serviços dos Centros de Emprego e dos Centros de Formação Profissional	<i>N.º de profissionais de atendimento, recrutamento e seleção dos Centros de Emprego abrangidos/as pelas ações de formação</i>	MTSSS/IEFP MPMA/CIG	MTSSS/CITE	250 (IEFP)	230 participantes em ações que integraram a temática da ética e da igualdade de género (não exclusivamente sobre dessegregação). 8 trabalhadores/as (3 homens e 5 mulheres) do IEFP participaram na 3ª Edição do Ciclo de Laboratórios de Igualdade de Género no Trabalho e no Emprego.
	2.1.2. Implementação da medida Promoção de Igualdade de Género no Mercado de Trabalho mantendo em vigor a Portaria n.º 84/2015, de 20 de março (majoração na comparticipação às entidades empregadoras que	<i>N.º de ações de divulgação da medida de Promoção de Igualdade de Género no Mercado de Trabalho</i> <i>Articula com 2.1.3. PAIMH</i>	MTSSS/IEFP		Integrado no 2.1.3. PAIMH	No âmbito do Ciclo de Laboratórios, a CITE realizou 3 ações de formação com o módulo específico sobre a implementação de planos para a igualdade nas empresas.
	2.1.3. Desenvolvimento de iniciativas, ações de informação e projetos que combatam a segregação sexual nas profissões	<i>Nº de iniciativas e ações de sensibilização tendo em vista assegurar o respeito pelos princípios da transparência, igualdade e não discriminação no acesso ao emprego, recrutamento, salários, promoção e políticas de retenção de recursos humanos</i>	MTSSS/CITE/ACT	Parceiros sociais IES/CInv	2	A CITE em articulação com a ACT, ministrou 8 ações formativas (Porto, Coimbra, Lisboa e Faro) dirigida a inspetores/as e técnicos/as e dirigentes da ACT. IHRU aprovou o código de ética e de conduta com objetivos de promoção da IMH e conciliação.
		<i>Nº de iniciativas e ações de sensibilização para os parceiros sociais, no âmbito do diálogo social e da negociação coletiva, quanto ao combate à segregação vertical e horizontal nas organizações</i>	MTSSS/CITE		2	No âmbito do diálogo social e da negociação coletiva, a CITE recebeu 3 entidades: a União de Sindicatos Alemã Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft - United Services Trade Union; a Associação Federal Alemã Unternehmerwomen im Handwerk e a Delegação da OIT da Turquia, um representante da OIT-Lisboa; 5 participantes do Ministério da Família, Trabalho e Serviços Sociais da Turquia e representantes de trabalhadores/as e de confederações patronais da Administração Pública Turca.
		<i>Nº de iniciativas e ações de divulgação/sensibilização tendo em vista incentivar as empresas a adotar práticas e planos de ação que combatam a segregação sexual nas profissões (p.ex., medida de Promoção de Igualdade de Género no Mercado de Trabalho)</i>	MTSSS/CITE/ACT/IEFP		2	No âmbito do Ciclo de Laboratórios, a CITE realizou 3 ações de formação com o módulo específico sobre a implementação de planos para a igualdade nas empresas.
	<i>Nº de ações de sensibilização tendo em vista aumentar o n.º de mulheres nas FSS</i>	MAI/PSP/GNR/SEF	MAI MPMA/CIG	2	No ano letivo 2017/2018, a PSP realizou 153 ações de sensibilização sobre a Polícia de Segurança Pública, que visam motivar potenciais candidatas a concorrerem.	
<b>2.2. Eliminar as disparidades de rendimentos entre mulheres e homens</b>	2.2.1. Avaliação da viabilidade de incorporação das competências de negociação de salários no âmbito da revisão das metodologias de relacionamento com os/as utentes do Serviço Público de Emprego	<i>Metodologias de relacionamento revistas</i>	MTSSS/IEFP	MTSSS/CITE MPMA/CIG	31/dez	Em abril de 2018, através da Circular Normativa n.º 1/2018, foi divulgada a Metodologia de Atuação dos Serviços de Emprego que vem configurar novas exigências e expectativas por parte dos/as cidadãos/ãs que procuram emprego e das entidades empregadoras, exigindo igualmente do IEFP, IP, e dos serviços de emprego em particular, respostas mais céleres, eficazes, ajustadas e personalizadas, contribuindo para a afirmação do Serviço Público de Emprego como um parceiro capaz de encontrar soluções integradas e de maior proatividade junto do tecido empresarial, de outros parceiros e de quem procura emprego.
	2.2.2. Desenvolvimento de ações inspetivas sobre IMH – controlo das garantias mínimas promovendo a dignidade das condições de trabalho e a igualdade de direitos	<i>N.º de entidades fiscalizadas</i>	MTSSS/ACT	MTSSS/CITE	80	No âmbito das atribuições da CITE foram comunicadas 69 irregularidades à ACT. Foram fiscalizadas 94 entidades.
	2.2.5. Realização de ações de informação e formação, e divulgação de instrumentos e metodologias para combater e prevenir o assédio sexual e moral no local de trabalho à luz da nova legislação	<i>N.º de ações de informação e formação</i>			1	11 ações de sensibilização no âmbito dos Laboratórios de Igualdade da CITE. Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e da Transição Energética realizou uma ação de sensibilização sobre mobbing.
		<i>N.º de entidades abrangidas pelas ações de informação e formação</i>	MTSSS/CITE/ACT MPMA/CIG		10 (CITE) 10 (ACT)	75 (CITE) 57 (ACT)
		<i>N.º de encartes ou publicidade nos meios de comunicação</i>			1	Foi publicada uma publi-reportagem na Revista Sábado; um rodapé no Correio da Manhã bem como referências no Diário de Notícias online. Informação constante do site da ACT - <a href="http://www.act.gov.pt">www.act.gov.pt</a>
2.3.1. Mapeamento online da informação, a nível municipal, sobre os equipamentos locais facilitadores da conciliação	<i>Plataforma online lançada</i> <i>N.º de municípios aderentes</i>	MPMA/CIG	MPMA/AMA Municípios	31/dez 10	Foi lançada a medida Simplex Portugal Concilia 49	
2.3.3. Promoção da perspetiva da IMH e do objetivo da conciliação nas políticas setoriais locais e regionais Articula com 1.4.4. PAIMH	<i>Concurso para projetos que aplicam instrumentos de integração da perspetiva da IMH a nível local e regional lançado e encontro nacional para apresentação e discussão de práticas realizado</i>	MPMA/CIG	MAI ANMP Autarquias IES/CInv ONG	Meta partilhada com 1.4.4. PAIMH	Encontro realizado no dia 24 de outubro de 2018.	
	<i>Encontro nacional para a apresentação e discussão de práticas municipais de promoção da IMH e conciliação, e de combate à violência, realizado por ocasião do dia municipal para a igualdade</i>	MPMA/CIG ANMP				Encontro realizado no dia 24 de outubro de 2018.
2.3.4. Criação e divulgação de instrumentos práticos para as empresas de promoção do objetivo da conciliação	<i>N.º de iniciativas de divulgação da Norma Portuguesa 4552:2016 – Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal desenvolvidas</i>	MTSSS/CITE MPMA/CIG MEC/IPQ	CT179	1	4 sessões realizadas pela CITE com o grupo de trabalho de Igualdade de Género da REDE RSO PT, sobre o folheto como instrumento facilitador para a dinamização da NP4552:2016.)	

<p><b>2. Garantir as condições para uma participação plena e igualitária de mulheres e homens no mercado de trabalho e na atividade profissional</b>  ODS - 1, 3, 5, 8, 10, 16, 17  E&amp;O - E2 02.1, 02.2, 02.3, 02.4 e 02.5</p>	<p><b>2.3. Garantir a proteção na parentalidade e promover a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar</b></p>	<p>2.3.5. Desenvolvimento de ações e campanhas nacionais sobre as licenças parentais, o papel dos homens nos cuidados e na parentalidade, e para promover a literacia de direitos e a informação sobre serviços na área da conciliação (p.ex., Sistema de Mediação Laboral)</p>	<p><i>Campanha nacional lançada para valorizar o papel de cuidador junto dos homens e estimular a partilha do trabalho não pago e relativo ao cuidado entre mulheres e homens</i></p>	<p>MPMA/CIG  MTSSS/CITE  MS  MEC</p>	<p>ONG  IES/Cinv</p>	<p>31/dez</p>	<p>A campanha "Minuto de Igualdade", lançada no Dia Internacional das Mulheres, resultou de uma parceria estabelecida entre a CIG e o Ponto Focal Nacional do EEAGrants Portugal. Consistiu na produção e divulgação de um conjunto de vídeos que abordam vários temas, entre os quais a partilha do trabalho de cuidado entre mulheres e homens  A 5 de dezembro de 2018 o Governo lançou o 3 em Linha - Programa para a Conciliação da Vida Profissional, Pessoal e Familiar que define 33 medidas divididas por 4 eixos, e que promovem em grande medida a partilha do trabalho de cuidados entre mulheres e homens.</p>
		<p>2.3.9. Reforço da cobertura das respostas para crianças 0-3 anos e da educação pré-escolar a partir dos 3 anos</p>	<p><i>Discussão pública sobre a partilha de licenças parentais lançada</i></p>			<p>31/dez</p>	<p>A 5 de dezembro de 2018 o Governo lançou o 3 em Linha - Programa para a Conciliação da Vida Profissional, Pessoal e Familiar que define 33 medidas divididas por 4 eixos, e que promovem em grande medida a partilha do trabalho de cuidados entre mulheres e homens. O Programa inclui três medidas referentes às licenças parentais, a serem implementadas em 2019:  Medida 3: Propor, em sede de concertação social, que a licença parental inicial (facultativa) do pai não dependa da elegibilidade da mãe à licença parental.  Medida 5: Propor o alargamento da licença parental inicial exclusiva do pai (de 15 para 20 dias úteis) e o alargamento da licença parental inicial, no caso de internamento hospitalar da criança imediatamente após o parto, até ao máximo de 30 dias (alterações legislativas em discussão na AR).  Medida 28: Criar um grupo de trabalho para a análise dos vários sistemas de partilha das licenças parentais, as suas potencialidades e limitações, visando o reforço do exercício da partilha entre homens e mulheres das tarefas de cuidado das crianças.</p>
		<p>2.3.11. Manutenção das condições especiais de acesso e majoração nos apoios a entidades que integrem pessoas de famílias monoparentais (Medida Contrato Emprego, Estágios Profissionais, Contrato-Emprego Inserção+)</p>	<p><i>N.º de creches nos centros urbanos, a desenvolver por IPSS ou equiparadas e em observação do princípio da diferenciação positiva</i></p>	<p>MTSSS  MPI</p>	<p>6000</p>	<p>4404</p>	<p>O Programa 3 em Linha inclui a medida 14, a implementar durante 2019, que visa reforçar a cobertura das respostas para crianças até aos 3 anos nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, tendo em conta designadamente os movimentos pendulares de/para o local de trabalho.</p>
		<p>2.4.1. Alargamento do regime da representação equilibrada na AP</p>	<p><i>Taxa de cobertura da EPE na faixa etária 3-5 anos</i></p>	<p>MEdu  MTSSS</p>	<p>A taxa de pré-escolarização, em 2016/2017, é a seguinte:  •5 anos – 95,4%;  •4 anos – 92,7%.  •3 anos – 83,4%.  O Programa 3 em Linha inclui a medida 15, a implementar até 2020, que visa alcançar a universalidade da educação pré-escolar dos 3 aos 5 anos de idade (fazer o diagnóstico nos diferentes territórios e alargar a oferta nos locais onde subsistem carências, tanto através da rede pública como da rede social e solidária).</p>		
	<p><b>2.4. Promover a representação equilibrada na tomada de decisão</b></p>	<p>2.4.3. Reforço de redes de mulheres, designadamente empresárias, de coaching e mentoria</p>	<p><i>N.º de pessoas de famílias monoparentais que beneficiam destas medidas</i></p>	<p>MTSSS/IEFP</p>	<p>6000</p>	<p>4404</p>	
		<p>2.4.1. Alargamento do regime da representação equilibrada na AP</p>	<p><i>Proposta de lei apresentada</i></p>	<p>MPMA</p>	<p>Todos os departamentos governamentais</p>	<p>31/dez</p>	<p>O Governo aprovou, no dia 8 de março de 2018, a Proposta de lei que estabelece o regime da representação equilibrada entre homens e mulheres no pessoal dirigente e nos órgãos da Administração Pública. A proposta de lei foi aprovada na Assembleia da República a 8.2.19 e promulgada pelo Presidente da República a 21.3.19</p>
			<p>2.4.3. Reforço de redes de mulheres, designadamente empresárias, de coaching e mentoria</p>	<p><i>Projeto lançado</i></p>	<p>MTSSS/CITE  MPMA/CIG</p>		<p>31/dez</p>
		<p><i>N.º de docentes formados/as</i></p>	<p>MPMA/CIG  MEdu  CFAE  IES/Cinv  Associações de Professores/as</p>	<p>ONG</p>	<p>800</p>	<p>2589</p>	



3. Garantir as condições para uma educação e uma formação livres de estereótipos de género ODS - 4, 5, 8, 10 e 17 E&O - E2 02.1, 02.2 e 02.4 E3 03.1, 03.2 e 03.3	3.1. Promover uma educação escolar livre de estereótipos de género, para raparigas e rapazes	3.1.1. Implementação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) no que se refere ao domínio da "Igualdade de Género" e ao seu cruzamento com outros domínios e temáticas Articula com 1.1.1. e 6.1.1. PAVMVD e 3.2.1. PAOIEC	N.º de exemplares de instrumentos de educação rodoviária que integram a perspetiva da IMH disponibilizados para a educação pré-escolar, ensino básico e secundário, e educação de adultos	MAI	MAI/ANSR MEdu MPMA/CIG	1000	A ANSR desenvolveu a iniciativa Júnior Seguro on the Road, implementada entre outubro e dezembro de 2018, na qual foram envolvidos 3.984 discentes e 187 docentes, durante a qual foi distribuído diverso material e folhetos alusivos à temática da segurança rodoviária para jovens. Para além desta iniciativa, que também se irá realizar em 2019, estando o lançamento previsto para o próximo dia 03/04/2019, impactando um número semelhante de destinatários/as, a ANSR distribuiu inúmeros folhetos sobre segurança rodoviária infantil a elementos das forças de segurança, no sentido da dinamização de ações no âmbito do programa Escola Segura, bem como a associações de pais.
			Auscultação de docentes/escolas/parceiros estratégicos sobre a aplicação da ENEC	MEdu	MPMA/CIG	31/dez	O acompanhamento da implementação da ENEC pela DGE fez-se através de 14 sessões, com 40 docentes cada, perfazendo um total de 560 docentes, e que tiveram lugar em 8 concelhos (Beja, Bombarral, Setúbal, Águeda, Braga, Vila Real, Felgueiras e Pombal).
		3.1.2. Distribuição dos Guiões de Educação, Género e Cidadania para os vários níveis escolares em todos os estabelecimentos de ensino, e formação sobre os mesmos para docentes de todos os grupos disciplinares e de todos os ciclos de ensino, no quadro do Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores Articula com 1.1.1. e 6.1.1. PAVMVD	N.º de ações de formação contínua acreditadas sobre Igualdade, Género e Educação, para docentes e outros grupos profissionais de educação	CFAE IES/CInv Associações de Professores/as	MEdu MPMA/CIG ONG	10	11 ações acreditadas
		N.º de turmas de formação	10			23 turmas	
		3.1.3. Integração da IMH na formação de docentes e outros/as profissionais de educação	Protocolos entre a CIG e escolas superiores de educação celebrados	MPMA/CIG	IES/CInv		Foi celebrado um protocolo entre a CIG e o Instituto Piaget de Almada / Escola Superior de Educação a 17.2.18, que visa promover a formação de pessoal docente em IMH.
		3.1.4. Desenvolvimento de projetos em parceria no sistema educativo, de incentivo a práticas educativas que envolvam raparigas e rapazes nas áreas profissionais segregadas por sexo, designadamente as TIC	% de discentes do sexo feminino abrangidas das turmas dos Cursos Científico-Tecnológicos do 10º e/ou 11º anos de cada escola participante no projeto "Engenheiras por um Dia"	MPMA/CIG	IES/CInv ONG	50	AE de Évora: 82% (10º); AE Pombal: 85% (10º e 11º); AE Prof. Reynaldo dos Santos: 100% (10º); AE do Fundão: 38% (10º); AE Miranda do Corvo: 18% (10º, 11º, 12º); ES Alfredo dos Reis Silveira: 44% (10º e 11º); ES Dr. Joaquim de Carvalho: 100% (10º e 11º); ES Filipa de Vilhena: 29% (11º); ES Garcia de Orta 27% (turmas CT).
			% de disciplinas abrangidas, total e por escola no projeto "Engenheiras por um Dia"			10	71% das disciplinas obrigatórias dos cursos CT de 10 e 11º. AE Évora: 29%; AE Pombal: 14%; AE Prof. Reynaldo dos Santos: 29%; Ae Fundão: 43%; AE Miranda do Corvo: 0%; Es Alfredo dos Reis Silveira: 43%; Es Dr. Joaquim de Carvalho: 29%; Es Garcia de Orta: 29%; Es Filipa de Vilhena: 29%.
			N.º de iniciativas com a comunidade educativa no "Engenheiras por um Dia"			3	36
			Relatório de avaliação do 1.º ano do projeto "Engenheiras por um Dia" publicado			31/out	Relatório publicado e disponibilizado no sítio na internet da CIG
			Protocolo entre a CIG e a ANESPO celebrado e projeto/campanha nacional lançado			MPMA/CIG ANESPO	31/dez
		3.1.6. Integração da perspetiva da IMH em programas setoriais no âmbito da educação	N.º de projetos de Educação para o Desenvolvimento que integram a perspetiva da IMH, identificados no relatório anual de acompanhamento	MNE/Camões		2	2 (MNE) AdP organizou visitas escolares, no 2º semestre, à exposição temporária "Água Igual para tod@s" de Catarina Albuquerque, que aborda a temática "igualdade de género e o direito à água", que está patente no seu Centro de Educação Ambiental.
		N.º de pessoas envolvidas nos projetos de Educação para o Desenvolvimento que integram a perspetiva da IMH	200			300	
		3.2.1. Integração da perspetiva da IMH na formação para pessoal não docente Articula com 1.1.1. e 6.1.1. PAVMVD e 3.2.1. PAOIEC	N.º de ações de formação na área das relações pedagógicas e relações humanas que integram a perspetiva da IMH	MEdu/DGAE MPMA/CIG	IES/CInv ONG	146	138 auxiliares de ação educativa em formação no âmbito de projetos com apoio POISE - Formação de Públicos Estratégicos. Durante 2018, foi incluída formação sobre estas temáticas no plano de formação do pessoal não docente da DGAE e esteve em preparação um protocolo nesse sentido entre CIG e DGAE a celebrar em 2019.
			N.º de assistentes operacionais abrangidos/as pelas ações de formação na área das relações pedagógicas e relações humanas que integram a perspetiva da IMH			2917	
			N.º de ações de formação na área da gestão e administração escolar que integram a perspetiva da IMH			88	
N.º de assistentes técnicos/as abrangidos/as pelas ações de formação na área da gestão e administração escolar que integram a perspetiva da IMH	1750						
N.º de ações de formação em áreas específicas da atividade profissional e TIC que integram a perspetiva da IMH	233						

	3.2. Promover dinâmicas coletivas e organizacionais que garantam a vivência de relações de igualdade entre raparigas e rapazes, nas escolas e outras instituições educativas		N.º de assistentes operacionais abrangidos/as pelas ações de formação em áreas específicas da atividade profissional e TIC que integram a perspetiva da IMH			2917		
			N.º de assistentes técnicos/as abrangidos/as pelas ações de formação em áreas específicas da atividade profissional e TIC que integram a perspetiva da IMH			1750		
			N.º de psicólogos/as abrangidos/as pelas ações de formação em áreas específicas da atividade profissional e TIC que integram a perspetiva da IMH			320		Durante 2018, foi incluída formação sobre estas temáticas no plano de formação do pessoal não docente da DGAE e esteve em preparação um protocolo nesse sentido entre CIG e DGAE a celebrar em 2019.
			Criação de um referencial técnico			31/dez		
	3.2.2. Apoio a projetos e planos para a igualdade acompanhados pela CIG		Identificação de boas práticas	MPMA/CIG MEdu		2	Foram apoiados durante 2018 vários projetos em contextos educativos que desenvolveram boas práticas de promoção da igualdade entre mulheres e homens, sendo de destacar: o guião pedagógico unpop e o jogo digital unlove (unlove - unpop); ferramentas de avaliação do impacto das ações de prevenção da violência junto de jovens (Art'Themis+ Jovens protagonistas na prevenção e na igualdade de género)	
			N.º de projetos e planos para a igualdade apoiados pela CIG			1		
3. Garantir as condições para uma educação e uma formação livres de estereótipos de género ODS - 4, 5, 8, 10 e 17 E&O - E2 02.1, 02.2 e 02.4 E3 03.1, 03.2 e 03.3	3.3. Incentivar práticas educativas, não formais e informais, promotoras de relações de igualdade entre raparigas e rapazes	3.3.2. Desenvolvimento de ações com associações de estudantes do ensino superior e associações de jovens para a promoção da IMH	N.º de iniciativas desenvolvidas	MPMA/CIG	MCTES MEdu/IPDJ	1	Inclusão de materiais da campanha "Muda de curso" no kit <i>caloiro</i> entregue no início do ano letivo 2018/2019, em articulação com associações académicas de todo o país	
4. Promover a IMH no ensino superior e no desenvolvimento científico e tecnológico ODS - 4, 5, 8, 9, 10 e 17 E&O - E2 02.1 E3 03.1, 03.2, 03.3 e 03.4	4.1. Integrar a perspetiva da IMH na produção científica e tecnológica	4.1.1. Desenvolvimento de ações de promoção de competências digitais para mulheres e raparigas no âmbito do Portugal INCoDE.2030 Articula com 7.1.4. PAIMH	Prémio para jovens mulheres nas TIC criado	MCTES Mec	MPMA/CIG	31/dez	Sem concretização	
			N.º de ações desenvolvidas			1	No âmbito do INCoDe.2030 foram desenvolvidas as seguintes ações: a) articulação entre o INCoDe e a Ordem dos Psicólogos para sensibilizar psicólogos/as de orientação vocacional no ensino não superior para a temática da dessegregação das escolhas profissionais; b) Game Jam - atividades em que rapazes e raparigas desenvolvem jogos sobre a temática da igualdade entre mulheres e homens	
	4.2. Integrar a perspetiva da IMH no ensino superior	4.2.2. Apoio à criação e implementação de planos para a IMH, e para a formação avançada em matéria de discriminação, designadamente interseccional, nas IES	4.2.2. Apoio à criação e implementação de planos para a IMH, e para a formação avançada em matéria de discriminação, designadamente interseccional, nas IES	N.º de atividades desenvolvidas	MEc MPMA/CIG	IES/CInv	1	Durante o ano de 2018, a DGAE interveio em diversas iniciativas sobre a importância do digital e da Indústria 4.0, nas quais abordou, também, a perspetiva da igualdade entre homens e mulheres como fator de capacitação para a Indústria 4.0
				N.º de planos para a IMH nas IES acompanhados pela CIG Articula com 1.1.1. PAVMVD e 3.2.1. PAOIEC	2		2 (Universidade da Beira Interior, Universidade do Minho)	
			Financiamento para formação avançada em matéria de discriminação, designadamente interseccional, atribuído Articula com 1.2.2. e 1.6.3. PAIMH	MPMA/CIG		Meta partilhada com 1.2.2. e 1.6.3. PAIMH	A 8 de março de 2019, foi lançado novo aviso nesta tipologia (Aviso POISE- 36-2019-06), cujo concurso está aberto até 22 de abril de 2019, com uma dotação estimada de 3,5M€.	
5. Promover a IMH na área da saúde ao longo dos ciclos de vida de mulheres e de	5.1. Promover projetos em IMH e produzir informação, incluindo dados estatísticos,	5.1.4. Integração da perspetiva da IMH nos programas de saúde, na análise de dados e desenho das estratégias de promoção e prevenção para ambos os sexos, em relação	Referencial técnico para os serviços de saúde sobre a promoção da paternidade cuidadora criado	MS	MPMA/CIG	31/dez	O referencial está a ser produzido, a fim de colher aportes oriundos da "fase piloto" da IMPEC (Iniciativa Mobilizadora da Paternidade Envolvida e Cuidadora), que está em curso e constitui a medida 20 do 3 Em Linha.	
6. Promover uma cultura e comunicação social livres de estereótipos sexistas e promotoras da IMH ODS - 5, 10 e 17 E&O - E1 01.2 E2 02.4	6.2. Promover a IMH na cultura	6.2.1. Desenvolvimento de iniciativas/ações de promoção da IMH na cultura	N.º de iniciativas/ações desenvolvidas	MPMA/CIG MC		1	A Diretora Geral do Património Cultural emitiu um despacho datado de 9 de julho de 2018 em que determina que "na venda do Bilhete Família, passará a exigir-se apenas 1 adulto mais um mínimo de 2 menores de 18 anos, com dispensa de apresentação de comprovativo de paternidade/maternidade, a qual, de resto, está já consagrada desde 2015," garantindo o acesso das famílias monoparentais ao Bilhete Família. Foi iniciado o processo de elaboração do plano setorial para a igualdade do Ministério da Cultura.	
		7.1.2. Formação em IMH de profissionais que trabalham com grupos vulneráveis, designadamente pessoas em situação de sem abrigo, migrantes, afrodescendentes e	Ações de capacitação dos recursos humanos da CIG, CITE, IRN, e ACM Articula com 1.4.6. e 1.6.4. PAIMH, 1.1.5., 6.1.1. e 6.3.2. PAVMVD, e 2.1.1. PAIOEC	MPMA/CIG/ACM MTSSS		Meta partilhada com 1.4.6. e 1.6.4. PAIMH	1 ação de formação "Promover os direitos das pessoas intersexo, trans e não-binárias" que decorreu na CIG em outubro de 2018. 1 ação de formação no âmbito do Ciclo de Laboratórios de Igualdade e Não Discriminação da CITE sobre IMH no mercado de trabalho.	

<b>7. Integrar a promoção da IMH no combate à pobreza e exclusão social</b> <b>ODS - 1, 3, 5, 8, 10 e 17</b> <b>E&amp;O - E1 01.1, 01.2 E2 02.1, 02.2 e 02.4 E3 03.1, 03.2 e 03.3</b>	<b>7.1. Promover o empoderamento das mulheres e dos homens em situação de particular vulnerabilidade social e económica, designadamente idosas/os, com deficiência, migrantes, requerentes de proteção internacional, de minorias étnicas como a população cigana (em articulação com a ENICC)</b>	minorias étnicas	<i>Plano de formação especializada e contínua para técnicos/as das entidades que integram os NPISA, construído</i>	MTSSS/ISS MPMA/CIG		31/dez	Realizado
		7.1.3. Realização de atividades de promoção do ensino e de combate ao abandono escolar para crianças das comunidades ciganas, particularmente raparigas	<i>N.º de crianças das comunidades ciganas abrangidas</i>	MPMA/ACM MEdu	MPMA/CIG	300	Na 6.ª Geração do Programa Escolhas foram envolvidas 4843 crianças e jovens ciganos/as (2579 do sexo masculino; 2264 do sexo feminino). 37 agrupamentos de escolas declararam nos seus planos de ação estratégica 45 medidas também destinadas às pessoas ciganas, 2 dessas medidas destinadas exclusivamente a esta comunidade.
		7.1.4. Promoção de ações de alfabetização e capacitação de mulheres idosas e alargamento do respetivo acesso às TIC	<i>N.º de ações desenvolvidas</i>	MEc MCTES MPMA/CIG		Meta partilhada com 4.1.1.	Sem concretização
			<i>E-book sobre mulheres e deficiência lançado</i>	MTSSS/INR/CITE/ISS	Parceiros sociais	31/dez	Apresentado em março 2018 "Quotidianos femininos e deficiência" (disponível no sítio na internet do INR e na videoteca)
		7.1.5. Desenvolvimento de informação, instrumentos e diagnóstico sobre a situação de mulheres e homens em situação de especial vulnerabilidade	<i>Desagregação por sexo dos dados sobre as prestações sociais do subsistema da solidariedade</i> <i>Articula com 1.1.1. PAIMH</i>	MTSSS/ISS/GEP	MPMA/CIG MTSSS/CITE	x	Estatísticas desagregadas por sexo, e disponibilizadas na internet e na intranet: nomeadamente: - Prestações de desemprego; - Prestações familiares; - Prestações de doença; - Prestações de parentalidade; - Rendimento Social de Inserção; - Complemento Solidário para Idosos; - Pensões de invalidez, velhice e sobrevivência

Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030

Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica 2018-2021 (PAVMVD)

Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Medidas	Indicadores de produto	Metas	Execução 2018
				2018	
1. Prevenir - erradicar a tolerância social às várias manifestações da VMVD, conscientizar sobre os seus impactos e promover uma cultura de não violência, de direitos humanos, de igualdade e não discriminação ODS - 3, 4, 5, 10, 16 e 17 E&O - E1, O1.2, E2, O2.4, E4 e O4.1	1.1. Transversalizar a temática da VMVD	1.1.1. Promoção da integração da temática da VMVD na ENEC, nos materiais e referenciais educativos, na formação de pessoal docente e não docente, e nos programas curriculares e extracurriculares do ensino superior	N.º de docentes formados/as no âmbito da ENEC e dos Guiões de Educação, Género e Cidadania (incluindo em matéria de prevenção e sinalização, e violência no mundo digital) Articula com 3.1.1. e 3.1.2. PAIMH, 6.1.1. PAVMVD e 3.2.1. PAOIEC	Meta partilhada com 3.1.1. e 3.1.2. PAIMH	1130
			N.º de ações de formação para pessoal não docente (incluindo em matéria de prevenção e sinalização, e violência no mundo digital) Articula com 3.2.1 PAIMH, 6.1.1. PAVMVD e 3.2.1. PAOIEC	Meta partilhada com 3.2.1. PAIMH	Durante 2018, foi incluída formação sobre estas temáticas no plano de formação do pessoal não docente da DGAE e esteve em preparação um protocolo nesse sentido entre CIG e DGAE a celebrar em 2019.
			N.º de planos para a IMH nas IES acompanhados pela CIG que integram a temática da VMVD Articula com 4.2.2. PAIMH e 3.2.1. PAOIEC	Meta partilhada com 4.2.2. PAIMH	2 planos para a IMH nas IES acompanhados pela CIG (Universidade da Beira Interior e Universidade do Minho)
		1.1.2. Divulgação do guião "Boas práticas para a prevenção e o combate à violência doméstica e de género nas empresas"	N.º de ações de divulgação realizadas	1	Guião irá ser editado em 2019
		1.1.3. Integração da temática da VMVD nas políticas locais e regionais	Temática da VMVD integrada no novo modelo de cooperação entre a CIG e os municípios Articula com 1.4.3. PAIMH, 6.1.1. PAVMVD e 2.1.2. PAOIEC	Meta partilhada com 1.4.3. PAIMH	Integrada a temática da VMVD no novo modelo de cooperação entre a CIG e os Municípios, lançado publicamente no dia 24 de outubro de 2018
		1.1.4. Atribuição pela CIG de financiamentos afetos a políticas de prevenção e combate à VMVD	<ul style="list-style-type: none"> <li>Financiamento para a formação de públicos estratégicos atribuído</li> <li>Financiamento para instrumentos específicos de proteção de vítimas atribuído</li> <li>N.º de atendimentos</li> <li>Capacidade instalada na estrutura (n.º de vagas)</li> <li>N.º de pessoas arguidas/utentes apoiados pelo programa PAVD</li> <li>N.º de ações de sensibilização realizadas e n.º de instrumentos formativos, informativos e pedagógicos realizados</li> </ul> Articula com 1.2.2.		Abertura de Linhas de Financiamento (março 2019) <ul style="list-style-type: none"> <li>Tipologias de Operação 3.15 – Formação de Públicos Estratégicos e Tipologia de Operação do POISE (Programa Operacional de Inclusão e Emprego);</li> <li>3.16 – Apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que atuam no âmbito da promoção da IG e da prevenção e combate VDVG e ao TSH do POISE (Programa Operacional de Inclusão e Emprego);</li> <li>Linhas de financiamento EEAGrants:                             <ul style="list-style-type: none"> <li>o Small Grant Scheme #2 - Projetos de prevenção e estratégias de apoio a crianças e jovens na área da violência contra as mulheres e a violência doméstica</li> <li>o Open Call#4 - Projetos para melhorar a proteção das vítimas de violência contra as mulheres e violência doméstica</li> </ul> </li> </ul> Aguarda-se abertura da linha de financiamento do POISE (Programa Operacional de Inclusão e Emprego) 3.17.
		1.1.5. Capacitação e formação dos recursos humanos da AP nas temáticas relativas à intervenção setorial em matéria de VMVD	Ações de formação por área protocolada com a CIG e de capacitação dos recursos humanos/pessoal técnico da CIG, CITE, IRN, ACM e NPISA Articula com 1.3., 1.4.6., 1.6.4. e 7.1.2. PAIMH, 6.1.1. e 6.3.2. PAVMVD, e 2.1.1. e 3.3.3. PAOIEC	Meta partilhada com 1.3., 1.4.6., 1.6.4. e 7.1.2. PAIMH	Protocolo de cooperação assinado entre a CIG e o INA a 13 de fevereiro de 2019 com vista a concretizar os objetivos da ENIND. Neste âmbito, o INA lançou o primeiro programa de formação em Igualdade e Não Discriminação, integrado na respetiva oferta formativa regular (incluindo cursos em Igualdade e Não Discriminação; Políticas na Ótica do Género; Orçamentos Sensíveis ao Género; e Plano de Igualdade). Os protocolos entre a CIG e o Jurisapp e entre a CIG e a FEFAL serão assinados em 2019. Em 2018, o JurisApp realizou uma ação de formação (35 formandos/as). Estão previstas para 2019 oito ações de formação, a realizar nos meses de maio, junho, setembro e outubro. Estão previstos para 2019 quatro ações de formação no âmbito do programa de formação do INA em Igualdade e Não Discriminação. Formação ACM 2018 (100 técnicos/as abrangidos/as)
		1.2.2. Promoção de programas e mecanismos de prevenção e estratégias de apoio a crianças e jovens, ao nível da prevenção primária e secundária	Projeto para a promoção de masculinidades não violentas em CE e escolas lançado	31/dez	Lançado projeto EquiX Engaging youth in the promotion of non violent and equitable masculinities, promovido pela Promundo e pelo Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
			N.º de jovens em CE envolvidos em projeto para a promoção de masculinidades não violentas	30-34 (até 2019)	35 jovens em 2 centros educativos
			N.º de jovens em escolas envolvidos em projeto para a promoção de masculinidades não violentas	100 (até 2019)	74 jovens abrangidos/as em workshops em escolas Foram ainda abrangidos/as 200 jovens em ações de sensibilização
Plataforma para a promoção de parcerias, partilha e harmonização de metodologias no âmbito de projetos para a prevenção da violência no namoro, criada	31/dez		Plataforma iniciou trabalhos enquanto fórum de peritos/partilha, 1ª reunião realizou-se a 13 de dezembro de 2018.		
2. Apoiar e proteger - ampliar e consolidar a intervenção ODS - 3, 5, 10, 11, 16 e 17 E&O - E1, O1.2, E2, O2.4, E4 e O4.1	2.1. Territorializar as respostas da RNAVVD e especializar a intervenção	2.1.1. Criação e manutenção de respostas de acolhimento de emergência a nível distrital e de estruturas de atendimento a nível municipal	N.º de acordos/protocolos para respostas de acolhimento de emergência mantidos e concluídos	20	Realizado. A 31/dez 2018 existiam 26 respostas de acolhimento de emergência que correspondem a 176 vagas.
			N.º de acordos/protocolos para estruturas de atendimento mantidos e concluídos	150	A 31/dez de 2018 existiam 146 estruturas de atendimento pertencentes à RNAVVD.
		2.1.2. Especialização da intervenção para outros tipos de violência na CI e junto de grupos vulneráveis	Intervenção junto de mulheres vítimas de violência sexual e perseguição apoiada	x	A 31/dez de 2018 existiam 2 centros de atendimento especializado, para mulheres, em violência sexual (Lisboa e Porto).
			Intervenção junto de homens vítimas de VD e de violência e abuso sexual apoiada	x	A 31/dez de 2018 existia 1 centro de atendimento especializado para homens vítimas de abuso sexual (Lisboa).
			Orientação técnica para a intervenção com crianças e jovens acompanhados/as e/ou acolhidos/as na RNAVVD concebida e divulgada	31/dez	Em processo de conclusão.
			Casa de abrigo para mulheres com deficiência criada	31/dez	Criada.
			Casa de abrigo para mulheres com doença mental criada	31/dez	Criada (jan 2019)

2. Apoiar e proteger - ampliar e consolidar a intervenção ODS - 3, 5, 10, 11, 16 e 17 E&O - E1, O1.2, E2, O2.4, E4 e O4.1	2.2. Promover a qualidade e a eficácia dos serviços prestados às vítimas	2.2.1. Garantia e reforço da qualidade técnica das entidades que integram a RNAVVD e da intervenção	Acompanhamento e supervisão técnica da RNAVVD pelas entidades públicas competentes	x	Acompanhamento contínuo da RNAVVD		
			N.º de normativos em matéria de requisitos mínimos e "standards" de qualidade no atendimento a vítimas realizados/implementados nas FSS	1	Proposta de normativo elaborada		
	2.2. Promover a qualidade e a eficácia dos serviços prestados às vítimas	2.2.2. Reforço do trabalho em rede e implementação de protocolos/fluxogramas de atuação		Orientação técnica de atuação dos serviços públicos na prevenção e combate à violência doméstica criada	31/dez	Comissão Técnica Ministerial liderada por Dr. Rui do Carmo - Resolução Conselho de Ministros (Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2019)	
				N.º de reuniões setoriais, regionais e nacionais entre profissionais da RNAVVD realizadas	2	Realizados 2 Encontros Nacionais das entidades da RNAVVD	
	2.4. Garantir a proteção e a segurança das vítimas	2.4.2. Garantia de transporte gratuito e seguro para as respostas de acolhimento da RNAVVD		N.º de transportes realizados	500	Resposta de continuidade. Realizada. 848 transportes de VVD em 2018.	
				N.º de DIAP do litoral e das RAA e RAM com gabinetes de atendimento e informação à vítima	3	Não realizado em 2018. Em março de 2019 foram celebrados protocolos para a criação de 6 gabinetes de atendimento e informação à vítima, uma parceria entre o MJ, a PGR e 3 ONG (APAV, UMAR e AMCV)	
		2.4.4. Criação e qualificação de espaços securitários		N.º de infraestruturas das FSS intervencionadas com Salas de Apoio à Vítima	17	20	
				Protocolo "Rede de Municípios Solidários" revisto	31/dez	Realizada revisão protocolo.	
	2.5. Promover o empoderamento das vítimas	2.5.1. Desenvolvimento de medidas de ação positiva em matéria de autonomização das vítimas de VMVD		Protocolo entre a CIG e o IHRU revisto	31/dez	Realizada revisão protocolo.	
				N.º de fogos disponibilizados pelo IHRU para vítimas de VD em situação de autonomização	20	55	
				Apoio financeiro à autonomização das vítimas acolhidas na RNAVVD atribuído	x	Concedido apoio financeiro para autonomização a 361 VVD (Mulheres e Menores).	
				% de vítimas integradas em medidas de emprego e de formação profissional ou no mercado de trabalho, na sequência de atendimentos efetuados pelos/as técnicos/as do IEFP	70	0,37	
% de casas de abrigo aderentes ao projeto "A escola vai à Casa de Abrigo"				50	15 Casas de Abrigo aderiram ao projeto no ano lectivo 2018/2019; encontram-se envolvidas no projecto 16 docentes no total.		
N.º de pessoas abrangidas pelo projeto "A escola vai à Casa de Abrigo"				150	Projecto em curso. N.º de pessoas abrangidas no ano lectivo 2017/2018 - 251		
3. Intervir junto das pessoas agressoras, promovendo uma cultura de responsabilização ODS - 3, 5, 10, 16, 17 E&O - E1, O1.2, E2, O2.4, E4 e O4.1	3.1. Promover a articulação entre os serviços de apoio à vítima e os serviços de intervenção com a pessoa agressora	3.1.1. Manutenção e alargamento da articulação entre os serviços de reinserção social e as entidades de apoio à vítima	% de parcerias que têm protocolos/fluxogramas de atuação de base territorial que asseguram a articulação entre os serviços de reinserção social e as entidades de apoio à vítima	50	Manutenção dos protocolos já existentes com as entidades de apoio à vítima. Em curso o levantamento das parcerias formais existentes.		
			3.2.1. Aplicação do PAVD a pessoas agressoras com penas ou medidas judiciais que obriguem à aplicação do programa e que tecnicamente reúnam condições para a sua frequência, incluindo em meio prisional	% de pessoas arguidas e condenadas com obrigação de frequência do PAVD que efetivamente frequentaram o programa na vigência da medida ou pena em contexto comunitário	100	100% (1315 agressores) - dados 2018.	
	3.2. Consolidar, ampliar e avaliar a intervenção com pessoas agressoras	3.2.2. Consolidação do programa de intervenção para agressores/as sexuais em meio prisional e alargamento ao cumprimento de penas e medidas de execução na comunidade		N.º de técnicos/as de reeducação e de reinserção social formados/as	20	70 formandos/as	
				% de pessoas arguidas e condenadas com obrigação de frequência do programa que efetivamente frequentaram o programa na vigência da medida ou pena em contexto prisional	25	50% do universo de condenados a pena de prisão e 50% de condenados a reações penais executadas na comunidade, com obrigação de frequência deste tipo de programa. 32 reclusos frequentaram o programa VIDA.	
3.2.4. Fiscalização da proibição de contactos, com recurso à Vigilância Eletrónica		N.º de equipamentos	392	667 arguidos / condenados fiscalizados com recurso a meios de vigilância eletrónica, em contexto de violência doméstica			
4. Qualificar profissionais e serviços para a intervenção ODS - 5, 10, 16, 17 E&O - E1, O1.2, E2, O2.4, E4 e O4.1	4.1. Capacitar, inicial e continuamente, profissionais para a intervenção em VMVD	4.1.1. Qualificação de magistrados/as e outros/as profissionais do sistema de administração da justiça e da administração interna, tendo em conta designadamente as recomendações da EARHVD	Protocolo com o CSM celebrado (em matéria de formação, bem como de estatísticas, decisões judiciais e boas práticas)	31/dez	Em articulação.		
			Parceria com o CEJ estabelecida (para revisão do ebook sobre VD e em matéria de formação, nomeadamente para criação de um curso de formação elearning)	31/dez	Em articulação com Conselho da Europa		
			N.º de magistrados/as formados/as	250	440 no ano letivo 2017/2018		
			Protocolo com a DGAI, PGR, SGAI, PSP e GNR celebrado (em matéria de formação, boas práticas e criação de instrumentos técnicos)	31/dez	Assinado a 09.07.2018		
			N.º de técnicos/as de reeducação e de reinserção social formados/as	Meta partilhada com 3.2.1.	Esta medida encontra-se reportada na medida 3.2.1.		
			N.º de profissionais capacitados/as em matéria de violência sexual	125	Projeto "Violência Sexual nas Relações de Intimidade" em curso		
		4.1.2. Capacitação e especialização de profissionais, tendo em conta designadamente as recomendações da EARHVD			N.º de profissionais capacitados/as para a intervenção junto de vítimas em situação de especial vulnerabilidade, em virtude da interseção de vários fatores de discriminação, nomeadamente mulheres ciganas, idosas, com deficiência, migrantes, refugiadas, lésbicas	50	137 profissionais abrangidos/as.
					Articula com 2.1.2. PAVMVD		
					N.º de profissionais que intervêm diretamente com crianças e jovens, nomeadamente no âmbito dos CAFAP, EMAT e CPCJ, casas de acolhimento e casas de abrigo, capacitados/as	50	A 8 de março de 2019, foi lançado novo aviso nesta tipologia (Aviso POISE-36-2019-06), cujo concurso está aberto até 22 de abril de 2019, com uma dotação estimada de 3,5M€.
					Articula com 2.1.2. e 2.4.4. PAVMVD		
					Referenciais de formação sobre outras formas de violência previstas na CI, nomeadamente violência sexual e perseguição, a incluir igualmente na formação de TAV, definidos	31/dez	O referencial sobre violência sexual está a ser produzido no âmbito do projeto Violência Sexual nas Relações de Intimidade. Foi reformulado referencial de formação dos TAV.
					N.º de ações de formação sobre violência obstétrica e outras formas de violência previstas na CI, nomeadamente violência sexual e perseguição	5	9. Temas abordados em todas as formações iniciais destinadas à EPVA (exceptuando a violência obstétrica); divulgação de fluxograma específico para situações de agressão sexual (em colaboração com INMLCF)
N.º de profissionais abrangidos/as nas ações de formação sobre violência obstétrica e outras formas de violência previstas na CI, nomeadamente violência sexual e perseguição	100	186 (profissionais formadas/os em ações de formação inicial EPVA)					
Articula com 2.4.3. PAVMVD							
N.º de ações de formação inicial e continuada das EPVA da Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida (ASGVCV), criada pelo Despacho n.º 6378/2013, de 16 de maio	5	14 (9 ações de formação inicial e 5 ações de formação avançada)					

6. Prevenir e combater as práticas tradicionais nefastas (PTN), nomeadamente a MGF e os casamentos infantis, precoces e forçados	6.1. Aprofundar o conhecimento sobre os contextos socioculturais e as PTN em Portugal, nomeadamente a MGF e os casamentos infantis, precoces e forçados	6.1.1. Transversalização e produção de instrumentos sobre a temática das PTN	<i>Temática das PTN integrada no novo modelo de cooperação entre a CIG e os municípios</i> <i>Articula com 1.4.3. PAIMH, 1.1.3. PAVMVD e 2.1.2. PAOIEC</i>	Meta partilhada com 1.4.3. PAIMH	Integrada a temática das PTN no novo modelo de cooperação entre a CIG e os Municípios, lançado publicamente no dia 24 de outubro de 2018
			<i>Integração da temática das PTN na ENEC, nos materiais e referenciais educativos, na formação de pessoal docente e não docente, e nos programas curriculares e extracurriculares do ensino superior promovida</i> <i>Articula com 3.1.1., 3.1.2. e 3.2.1. PAIMH, 1.1.1. PAVMVD e 3.2.1. PAOIEC</i>	Meta partilhada com 3.1.1., 3.1.2. e 3.2.1. PAIMH	1130
			<i>Capacitação e formação dos recursos humanos da AP nas temáticas relativas à intervenção setorial em matéria das PTN</i> <i>Articula com 1.3., 1.4.6., 1.6.4. e 7.1.2. PAIMH, 1.1.5. e 6.3.2. PAVMVD e 2.1.1. PAOIEC</i>	Meta partilhada com 1.3., 1.4.6., 1.6.4. e 1.7.2. PAIMH	Lançada em novembro de 2018 projeto "Práticas Saudáveis - Fim à Mutilação Genital Feminina", que prevê a formação de recursos humanos da AP nas áreas da saúde, educação, segurança social e forças de segurança.
			<i>N.º de cursos de pós-graduação sobre VMVD, com especialização em MGF, dirigidos em particular a profissionais de saúde e abertos à participação de psicólogos/as e profissionais de educação, designadamente nas áreas de Lisboa, Vale do Tejo e Sado</i>	1	Lançada nova edição da pós-graduação em Saúde Sexual e Reprodutiva - Mutilação Genital Feminina no Instituto Politécnico de Setúbal. Envolve 29 profissionais de saúde.
	6.2. Promover projetos e informar/sensibilizar para a prevenção e o combate às PTN, envolvendo as comunidades de risco e as redes locais multidisciplinares e multissetoriais de intervenção	6.2.1. Apoio às associações de imigrantes no desenvolvimento de projetos que visem o empoderamento das mulheres pertencentes às comunidades de risco e a prevenção e o combate às PTN	<i>Financiamento e prémios atribuídos pela CIG</i> <i>Articula com 1.2.2. e 1.4.5. PAIMH</i>	Meta partilhada com 1.2.2. e 1.4.5. PAIMH	Em 2018, estiveram em curso 3 projetos apoiados no âmbito do Prémio Mudar aGora o Futuro (montante total 30 mil Euros). Em outubro de 2018, a CIG lançou novo concurso, tendo sido aprovadas 8 candidaturas, num montante de 50.000€, para o desenvolvimento de projetos nos seguintes territórios: Almada, Seixal, Loures, Odivelas, Montijo, Alcochete, Barreiro, Moita, Sintra, Amadora, Porto e Vila Nova de Gaia.
			6.2.4. Integração da temática das PTN na área da cooperação para o desenvolvimento e promoção de projetos internacionais no âmbito da prevenção e combate à MGF e outras PTN	<i>N.º de projetos de cooperação para o desenvolvimento apoiados</i>	1
	6.3. Qualificar a intervenção para a prevenção e o combate às PTN, nomeadamente a MGF e os casamentos infantis, precoces e forçados	6.3.2. Formação de profissionais sobre PTN, nomeadamente em programas de cooperação (profissionais de saúde, magistrados/as, OPC, CPCJ, mediadores/as comunitários e interculturais, técnicos/as que trabalham com refugiados e profissionais dos Centros de Apoio e Integração de Imigrantes e da Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes)	<i>N.º de ações de formação por área</i> <i>Articula com 6.1.1. PAVMVD</i>	5	19 ações de formação, promovidas por CIG, ACM, autarquias e ONG. Na área da saúde, a temática das PTN foram abordado de forma global com outras tipologias de violência na formação inicial das EPVA, onde se divulga a norma da DGS e a forma de registo Plataforma de Dados em Saúde (atual RSE)
			<i>N.º de profissionais formados/as</i> <i>Articula com 6.1.1. PAVMVD</i>	700	Total de 654 pessoas – comunidades afetadas, jovens, lideranças religiosas, técnicos/as de CPCJ, técnicas/os de autarquias, docentes, profissionais de saúde, estudantes do ensino superior (medicina, educação e serviço social), jornalistas.
			<i>Encontro dos/as profissionais de saúde que realizaram as pós-graduações em MGF e que trabalham junto das comunidades realizado</i>	1	Encontro realizado a 14 de Dezembro de 2019

Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030								
Plano de ação de combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais 2018-2021 (PAOIEC)								
Objetivos estratégicos	Objetivos específicos	Medidas	Indicadores de produto	Entidades		Meta	Execução 2018	
				Responsáveis	Envolvidas	2018		
1. Promover o conhecimento sobre a situação real das necessidades das pessoas LGBTI e da discriminação em razão	1.1. Aprofundar o conhecimento, fomentar a investigação e produzir informação estatística nacional nas áreas da OIEC	1.1.1. Realização de estudos sobre as necessidades das pessoas LGBTI e sobre a discriminação em razão da OIEC	<i>N.º de protocolos estabelecidos</i>	MPMA/CIG	ONG IES/CInv	1	Foi assegurado financiamento para a realização de estudos via POISE. Concurso em preparação, a lançar em 2019.	
		2.1.1. Capacitação e formação de recursos humanos da AP, profissionais e serviços para as questões da OIEC	<i>Ações de formação por área protocolada com a CIG e de capacitação dos recursos humanos/pessoal técnico da CIG, CITE, IRN, ACM e NPISA Articula com 1.3., 1.4.6., 1.6.4. e 7.1.2. PAIMH, 1.1.5., 6.1.1. e 6.3.2. PAVMVD e 3.3.3. PAOIEC</i>	MPMA/CIG		6 (CITE) 10 (CIG/ACM)	1 ação de formação de capacitação dos recursos humanos da CIG envolvendo 14 profissionais.	
		2.1.2. Integração da temática da OIEC nas políticas locais e regionais	<i>Temática da OIEC integrada no novo modelo de cooperação entre a CIG e os municípios Articula com 1.4.3. PAIMH e 1.1.3. e 6.1.1. PAVMVD</i>	MPMA/CIG	Municípios	31/dez	Temática da OIEC integrada no novo modelo de protocolo de cooperação entre a CIG e os municípios, apresentado publicamente a 24 de outubro.	
		2.1.3. Reforço da posição portuguesa nos fora internacionais no contexto multilateral e nas relações bilaterais em questões da OIEC	<i>N.º de propostas nacionais para iniciativas internacionais e bilaterais em matéria de OIEC</i>	MPMA/CIG	ONG	1	Realização do Fórum Internacional IDAHOT, Lisboa, 14 de maio.	
2. Garantir a transversalização das questões da OIEC ODS - 3, 10, 11, 16 E&O -E1 - O1.4- E2 - 02.6	2.1. Desenvolver mecanismos de transversalização e capacitação para as questões da OIEC e do combate à discriminação em razão da OIEC	2.1.4. Atribuição pela CIG de financiamentos afetos a políticas de combate à discriminação em razão da OIEC Articula com 1.2.2. PAIMH	<i>Apoio a organizações da sociedade civil representativas das pessoas LGBTI atribuído para o desenvolvimento de medidas, projetos ou ações de combate à discriminação em razão da OIEC</i>	MPMA/CIG	ONG	×	Em 2018, estiveram em curso 15 projetos apoiados num montante total de 29999,99€ (atribuídos em 2017). Em setembro de 2018, a CIG lançou novo aviso de concurso, tendo sido aprovadas 9 candidaturas, num montante total de 50000,00€.	
		<i>N.º de entidades apoiadas</i>				50 (até 2021)	15 entidades com projetos aprovados no concurso de 2017. 9 entidades com projetos aprovados no concurso de 2018.	
		3.1. Capacitar as entidades empregadoras, trabalhadores/as e parceiros sociais em matéria de OIEC	3.1.1. Promoção de ações de formação e de informação/literacia de direitos sobre questões de discriminação em razão da OIEC no mercado de trabalho e nas empresas	<i>N.º de projetos apoiados para o desenvolvimento de ações de formação junto de entidades empregadoras e parceiros sociais</i>	MPMA/CIG	MTSSS/CITE/ACT MEc Parceiros sociais ONG IES/CInv	1	Projeto Adim - Avançar na Gestão da Diversidade LGBTI nos Setores Público e Privado.
			3.1.2. Produção de um guia orientador para as entidades empregadoras sobre as questões da OIEC	<i>Projeto lançado</i>			31/dez	Projeto em curso.
3. Combater a discriminação em razão da OIEC e prevenir e combater todas as formas de violência contra as pessoas LGBTI na vida pública e privada ODS - 4, 8, 10, 16, 17 E&O -E1 - O1.4- E2 - 02.6, E4 04.3	3.2 Promover a desconstrução dos estereótipos homofóbicos, bifóbicos, transfóbicos e interfóbicos designadamente no sistema de educação, no desporto, na comunicação social e na publicidade		<i>N.º de docentes formados/as no âmbito da ENEC Articula com 3.1.1. PAIMH e 1.1.1. e 6.1.1. PAVMVD</i>	MPMA/CIG MEdu CFAE IES/CInv Associações de Professores/as	IES/CInv ONG	Meta partilhada com 3.1.1 PAIMH	936	
		3.2.1. Promoção da integração da temática da OIEC na ENEC, nos materiais e referenciais educativos, na formação de pessoal docente e não docente, e nos programas curriculares e extracurriculares do ensino superior	<i>N.º de ações de formação para pessoal não docente (incluindo em matéria de bullying) Articula com 3.2.1. PAIMH e 1.1.1. e 6.1.1. PAVMVD</i>	MEdu/DGAE MPMA/CIG		Meta partilhada com 3.2.1. PAIMH	138 auxiliares de ação educativa em formação sobre no âmbito de projetos com apoio POISE - Formação de Públicos Estratégicos. Durante 2018, foi incluída formação sobre estas temáticas no plano de formação do pessoal não docente da DGAE e esteve em preparação um protocolo nesse sentido entre CIG e DGAE a celebrar em 2019.	
			<i>N.º de planos para a IMH nas IES acompanhados pela CIG que integram a temática da OIEC Articula com 4.2.2. PAIMH e 1.1.1. PAVMVD</i>	MPMA/CIG		2	2 planos acompanhados pela CIG com vista a integrar estas temáticas.	
		3.2.2. Promoção de medidas de prevenção e combate à homofobia, bifobia, transfobia e interfobia nos sistemas de educação, na comunicação social e publicidade	<i>N.º de campanhas de sensibilização sobre os direitos das pessoas LGBTI desenvolvidas</i>	MEdu MPMA/CIG MPMA/CIG	ONG	1	Campanha Trans e Intersexo #DireitoASer.	
	3.3. Especializar e adequar serviços e respostas para a prevenção e o combate à discriminação em razão da OIEC e à violência contra as pessoas LGBTI	3.3.1. Apoio a respostas especializadas no combate a todas as formas de violência contra as pessoas LGBTI na vida pública e privada	<i>N.º de respostas apoiadas</i>	MPMA	MPMA/CIG ONG	3	4 respostas apoiadas: 3 estruturas de atendimento (ILGA Portugal, Plano i e Casa Qui) e 1 estrutura de acolhimento de emergência (Casa Arco-Íris, Plano i).	
		3.3.3. Formação dos OPC para a investigação do discurso de ódio contra as pessoas LGBTI Articula com 2.1.1. PAOIEC	<i>N.º de ações de formação</i>	MPMA/CIG MAI/PSP/GNR		1	Ação de formação em preparação com recurso à edição portuguesa do manual do Conselho da Europa "Policimento de Crimes de Ódio contra Pessoas LGBTI - Formação para uma Resposta Policial Profissional", a ocorrer em 2019.	
		<i>N.º de pessoas formadas</i>			40			